



## EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 020/2024**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – CIDERSU**, pessoa jurídica de direito público na forma de Consórcio Público, inscrita no CNPJ sob o nº 21.466.597/0001-34, com endereço na Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro, na cidade de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais – MG, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através do pregoeiro do município de Carvalhópolis e pela Equipe de Apoio, devidamente cedidos ao CIDERSU, por ato administrativo do Prefeito de Carvalhópolis consubstanciado no Decreto Municipal n.º 2952, de 05 de julho de 2023, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas do CIDERSU, nos termos do artigo 5º, artigo 181, parágrafo único, todos da lei Federal n.º 14.133/2021, e do artigo 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007 e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados ÓRGÃOS PARTICIPANTES que são: **Carvalhópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, com sua sede à Rua João Norberto de Lima nº 222, centro, CEP 37.760-000; **Machado**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.242.784/0001-20, com sede administrativa na Praça Olegário Maciel, 25, centro, Machado, MG, CEP: 37.750-000, **Paraguaçu**, CNPJ nº 18.008.193/0001-92 com sede administrativa na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220, centro, CEP 37120-000, Paraguaçu – MG; **Elói Mendes**, CNPJ nº 20.347.225/0001-26, Rua Cel. Antônio P. Mendes, nº 225, Centro, CEP 37.110-000 Elói Mendes – MG; **São João da Mata**, CNPJ: 17.935.206/0001-06, Rua Maria José de Paiva – 546, centro, CEP: 37.568-000, São João da Mata – MG; **Poço Fundo**, CNPJ nº 1.242.792/0001-76, com sede administrativa na Praça Tancredo neves, 3000, centro, CEP 37.757-000, Poço Fundo-MG; **Serrania**, CNPJ nº 18.243.261/0001-06, com sede na Rua Farmacêutico João de Paula, 210, centro, CEP 37.136-000, Serrania-MG; **Silvianópolis**, CNPJ nº 18.675.942/0001-35, com sede administrativa na Avenida Dr. José Magalhães Carneiro, nº 33, centro, CEP: 37560-000, Silvianópolis-MG; **Cordislândia**, CNPJ nº 18.712.166/0001-04, com sede na Praça Coração de Jesus, S/Nº, centro, CEP 37.498-000, Cordislândia – MG; **Fama**, CNPJ nº 18.243.253/0001-51, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, centro, CEP 37.138-000, Fama – MG; **Monsenhor Paulo**, CNPJ nº 22.541.874/0001-99, com sede na Praça Coronel Flávio, nº 204, centro, CEP 37.405-000, Monsenhor Paulo – MG; **São Gonçalo do Sapucaí**, CNPJ nº 18.712.158/0001-50, com sede na Praça Alberto Rocha, nº 100, centro, CEP 37.490-000, São Gonçalo do Sapucaí – MG; **Alterosa**, CNPJ nº 18.243.238/0001-03, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 310, centro, CEP 37.145-000, Alterosa – MG; **Campanha**, CNPJ Nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, nº 59, centro, CEP 37.400-000, Campanha-MG.

### INFORMAÇÕES.

As informações administrativas relativas a este PREGÃO ELETRÔNICO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos do CIDERSU, através dos telefones nº (35) 3775-0242 OU 99723-3438 ou pelo e- mail: [cidersu@cidersu.mg.gov.br](mailto:cidersu@cidersu.mg.gov.br)

### I – DO OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PARQUES LUMINOTÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CIDERSU, ENGLOBALANDO AS ZONAS URBANAS, ÁREAS URBANAS ESPECIAIS, ZONAS RURAIS E DISTRITOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, OBEDECENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, AOS CRITÉRIOS E PARÂMETROS TÉCNICOS DE QUALIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

Edital e seus anexos.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:h00min do dia 20/12/2024.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 13/01/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01minhs do dia 13/01/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal de Compras do Cidersu: <https://portal.sgplcloud.net:9143/Comprasedital/>

### 1.1. Informações adicionais:

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro do município de Serrania, por ato administrativo do Prefeito de Serrania consubstanciado na Portaria n.º 682, de 04 de novembro de 2024, sendo a Equipe de Apoio composta por servidores do CIDERSU, designados pela Portaria nº 22 de 04 de novembro de 2024.

1.2 O presente certame será realizado no seguinte modo de disputa: MODO DE DISPUTA ABERTO

1.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## II – CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras do Cidersu: <https://portal.sgplcloud.net:9143/Comprasedital/>.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas neste Edital e à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada



judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.1. O impedimento de que trata a alínea “d” do item 2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.2. A critério do Município Contratante e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do item 2.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.4. O disposto nas alíneas “b” e “c” do item 2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5.6. A vedação de que trata a alínea “h” do item 2.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6. Da participação de consórcio:

2.6.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, integrado por no máximo 2 (duas) empresas, observadas, sem prejuízo ao disposto no artigo 15 da Lei 14.133/2021, as seguintes normas:

a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, fixadas no edital;

c) apresentação dos documentos exigidos no edital, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo o Município contratante consorciado estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

d) impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

f) no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no subitem “b” do item 2.6.1;

g) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do art. 15, § 3º da Lei 14.133/21, bem como do compromisso referido no subitem “a” do item 2.6.1.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

2.6.2. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

2.6.3. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste edital.

2.6.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo.

2.6.5. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização da Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

2.6.6. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes.

2.7. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.7.1. O cadastramento do licitante deverá ser realizado diretamente com a plataforma.

**III – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

3.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico Portal de Compras do Cidersu: <https://portal.sgplcloud.net:9143/Comprasedital/>.

**3.3 DA PARTICIPAÇÃO:**

3.3.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte;

3.3.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor Unitário para cada item que compõe o lote;
- b) Marca; Modelo (Quando houver);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pelo Cidersu ou por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas respectivo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

5.9.1 - A assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição;

5.9.2 Ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**VI – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do lote, devendo ser cotado todos os itens do grupo, como condição de participação.

6.8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser, de no mínimo, 5% (cinco por cento) a menor do último preço registrado.

6.8.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

- 6.8.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos;
- 6.8.7. Após a duração de 10 minutos de que trata o subitem anterior, a etapa será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.8.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.8.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.8.9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta com os valores adequados ao último lance ofertado após a negociação realizada, cujo prazo será estipulado pelo pregoeiro, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, em especial para comprovação da exequibilidade da proposta vencedora.
- 6.8.10 – Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa de lances, caso nenhum licitante classificado atenda às exigências de habilitação.
- 6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.13. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.15.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do



modo de disputa aberto e fechado.

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

6.22. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo município contratante consorciado;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo município contratante consorciado ou pelo Cidersu.

6.23. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a alínea anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.24. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.25. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

6.26. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via sistema ou e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.27. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.28. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena



**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

de não aceitação da proposta.

6.29 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostras, portfólios e/ou documentação que comprove os padrões de qualidade e desempenho, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dias) dias úteis contados da solicitação.

6.30 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.31 No caso de não haver entrega das amostras, portfólios e/ou documentação que comprove os padrões de qualidade e desempenho ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.32 Caso exigidas, se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.33 Os exemplares de amostra colocados à disposição do Cidersu ou Município Contratante Consorciado serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.34 Caso houver, após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pelo Cidersu ou Município Contratante Consorciado, sem direito a ressarcimento.

6.35 Os licitantes deverão colocar à disposição do Cidersu ou Município Contratante Consorciado todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for.

6.36 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.37 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.38 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.39 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.40 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.41 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.42 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **VII – DA HABILITAÇÃO**

7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.9 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.15 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.16 No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18 Ressalvado o disposto no item 3.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar a documentação abaixo relacionada:

7.19 Empresa Individual: Registro comercial.

7.20 Sociedade Comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.

7.21 Sociedade por Ações: Documentos de eleição dos atuais administradores, acompanhados da documentação constitutiva mencionada neste edital.

7.22 Sociedade Civil: Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável  
**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

- 7.23 Empresa ou Sociedade Estrangeira em Funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade o exigir.
- 7.24 Documentos referentes à Regularidade Fiscal:
- 7.25 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 7.26 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 7.27 Prova de regularidade com a Fazenda Federal/Nacional, compreendendo: – Certidão conjunta, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos e contribuições federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, dentro do prazo de validade.
- 7.28 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
- 7.29 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.
- 7.30 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do prazo de validade.
- 7.31 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.
- 7.32 Certidão Negativa de Falência da pessoa jurídica, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) ou extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça.
- 7.32.1 Caso o licitante tenha interesse, poderá apresentar a Certidão Judicial Cível de 1ª instância, extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, do qual conste a ausência de distribuição de ação cível falimentar, em substituição à Certidão Negativa de Falência prevista no item 7.32.
- 7.32.2 Caso a certidão de falência conste como positiva, a empresa deverá apresentar certidão de objeto e pé, comprovando o estado em que o procedimento judicial se encontra, especialmente para fins de comprovação da não ocorrência do trânsito em julgado.
- 7.33 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já prestou ou está prestando serviços semelhantes aos licitados em condições satisfatórias.
- 7.34 Declaração conjunta, expressa, de que o licitante:
- a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
  - b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;
  - c) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas;
  - d) inexistem fatos impeditivos; e
  - e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo III.
- 7.35 Para a qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos:
- 7.35.1 Comprovante de registro de pessoa jurídica, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do domicílio ou sede da empresa, comprovando habilitação de atividade relacionado com o objeto.
- 7.35.1.1 Em razão do disposto no art. 1º, inciso II da Resolução CONFEA de nº 413, de 27 de junho de 1997, na hipótese de empresas que forem sediadas em outra jurisdição, que não a do CREA/MG, e, conseqüentemente, inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/MG, em conformidade com o que dispõe a Lei 5.194/66, em consonância com a Resolução nº 413/97 do CONFEA.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

7.35.1.1.1 O visto deverá ser apresentado em no máximo 15 (quinze) dias após assinatura do contrato. O prazo poderá ser prorrogado, mediante pedido formalizado justificada devidamente comprovada e aprovada pela CONTRATANTE

7.35.2 A empresa interessada deverá comprovar que possui habilitação técnica-operacional para atuar nos serviços objeto da presente licitação mediante comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços relacionados à execução de serviços de manutenção em sistema de iluminação pública.

7.35.2.1 A exigência do referido atestado tem como objetivo a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto deste pregão, e serve para comprovar que sua empresa tem competência e perícia para cumprir o objeto do edital. Ainda comprova que o licitante possui experiência anterior na execução de atividade de mesmas características do objeto que está sendo disputado na licitação, e também serve para demonstrar que a empresa é mesmo do ramo pertinente ao objeto, conforme legislação aplicável.

7.35.3 Com relação à qualificação técnico-profissional, a licitante vencedora deve manter, no mínimo, 1 (um) Engenheiro Eletricista, responsável técnico pela execução do serviço, conhecedor de Sistemas de Iluminação Pública para diagnosticar, criar processos, levantar as necessidades dos Municípios consorciados, identificar soluções e recomendar ações, no sentido de implantar e viabilizar melhorias de acordo com a necessidade específica. Indicar pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.35.3.1 A comprovação do vínculo profissional do quadro técnico da licitante poderá ser feito por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

7.35.3.2 As capacitações exigidas deverão ser comprovadas por meio de certificados ou diplomas e deverão ser apresentadas no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços.

7.35.3.3 A comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços e indicada no termo de referência que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, e comprove a prestação de serviços de manutenção de iluminação pública (luminárias convencionais e LED);

7.35.4 A comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) de engenharia com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado.

7.35.4.1 As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e do contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Localização do serviço;
- d) Serviços executados (discriminação e quantidades);
- e) Emitidos por órgãos Públicos / Concessionárias de Energia ou registrados nos órgão competentes.

7.35.4.1.1 Os atestados ou certidões que não atenderem a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

7.35.4.1.2 Justificam-se as exigências de qualificação técnica uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

7.35.4.2 Nos termos da legislação aplicável, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Edital, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – CIDERSU.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\*****7.36 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

7.36 A documentação relativa à qualificação econômica – financeira das empresas é a seguinte:

7.36.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, conforme exigida no item 7.32 e seguintes deste edital.

7.36.2 6.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

7.36.3 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

7.36.4 As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.36.5 Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

7.36.6 Os documentos relativos ao subitem 7.36.5 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.36.7 Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do lote licitado, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais.

7.36.8 A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$
$$\text{ILG} = \frac{\quad}{\quad} \text{ ou } > 1,00.$$
$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{Ativo Circulante ILC} = \frac{\quad}{\quad} \text{ ou } > 1,00.$$
$$\text{Passivo Circulante}$$

Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$
$$\text{GE} = \frac{\quad}{\quad} \text{ ou } < 0,50$$
$$\text{Ativo Total}$$

7.36.8.1. “O licitante que apresentar os Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Endividamento Geral (IEG) que não satisfaçam os valores conforme o edital, deverá comprovar que possui capital social mínimo que equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, através de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado sede, expedida a menos de 30 dias da data de



abertura do envelope de documentação ou através do contrato social/última alteração contratual.”

7.36.9 Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 7.36.8 a memória dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

7.36.10 Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprovatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso. Atestados de Capacidade Técnica serão considerados perenes.

7.36.11 Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

7.36.12 Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

7.36.13 As Demonstrações Contábeis deverão seguir as normas previstas nas resoluções a seguir, a depender de seu porte:

7.36.13.1 Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.418/12, item 26 a 39 - ITG 1000;

7.36.13.2 Pequenas e Médias Empresas (PME's) seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.255/09, item 3.17 - NBC TG 1000 (RI);

7.36.13.3 Demais empresas deverão apresentar suas demonstrações nos termos da Res. CFC 1.185/09, item 10 - NBC TG 26 (R5) e Res. CFC 1.330/11 - ITG 2000 (RI).

7.36.13.4 De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial

7.36.14 Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06

| <b>DEMONSTRAÇÃO<br/>CONTABIL</b>               | <b>ME E EPP<br/>ITG 1000</b> | <b>PME'S<br/>NBC TG 1000</b>               | <b>REGRA<br/>GERAL</b> | <b>S.A.<br/>CAPITAL<br/>ABERTO</b> | <b>DE</b>   |
|--|------------------------------|--|------------------------|------------------------------------|-------------|
| P.B - Balanço Patrimonial                      | Obrigatório                  | Obrigatório                                | Obrigatório            | Obrigatório                        | Obrigatório |
| D.R.E - Demonstração do Resultado do Exercício | Obrigatório                  | Obrigatório                                | Obrigatório            | Obrigatório                        | Obrigatório |
| D.R.A - Demonstração do Resultado Abrangente   | Facultativo                  | Obrigatório<br>(Pode ser substituída DLPA) | Obrigatório            | Obrigatório                        | Obrigatório |



|   |             |  |             |             |
|---|-------------|--|-------------|-------------|
| D.L.P.A-Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados   | Facultativo | Facultativo<br>(Obrigatório se substituir a DRA ou DMPL) | Facultativo | Facultativo |
| D.M.P.L-Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Facultativo | Obrigatório<br>(Pode ser substituída DLPA)               | Obrigatório | Obrigatório |
| D.F.C.-Demonstração dos Fluxos de Caixa                 | Facultativo | Obrigatório  | Obrigatório | Obrigatório |
| N.E.-Notas Explicativas                                 | Obrigatório | Obrigatório  | Obrigatório | Obrigatório |
| D.V.A.-Departamento do Valor Adicionado                 | Facultativo | Facultativo  | Facultativo | Obrigatório |

7.37 A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.37.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.37.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.37.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

7.37.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.38 A proposta final do licitante declarado vencedor, encaminhada no sistema eletrônico, deverá:

7.38.1 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.38.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.38.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.39 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

7.40 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

7.41 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.42 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.43 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**VIII – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

8.1. No julgamento das propostas será considerado o critério de **menor preço por lote**, desde que atenda às exigências deste edital.

8.2. O objeto desta licitação será adjudicado por à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s) do certame.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos do presente edital e licitação aplicável.

**IX – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

9.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos na lei n.º 14.133/21, com alterações posteriores, devendo ser utilizada a ferramenta de tecnologia da informação respectiva.

9.2.1 O pedido de esclarecimento e a impugnação, bem como a sua decisão, deverá ser incluído no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site: Portal de Compras do Cidersu: <https://portal.sgpcloud.net:9143/Comprasedital/> para consulta dos fornecedores e da sociedade.

9.2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento ficará a cargo do Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, podendo solicitar apoio jurídico da Assessoria Jurídica do Cidersu e será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, sendo que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante, será concedido o prazo de até trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

9.6.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

9.7 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

9.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.10 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**X – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E JULGAMENTO DE PROPOSTAS.**

10.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ATA, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**XI – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**XII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

12.1. Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

12.2. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Cidersu convocará os classificados para assinarem a ARP, preferencialmente via assinatura digital certificada com chave ICP-Brasil, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado.

12.2.1. Na impossibilidade de realizar a assinatura digital certificada, a empresa classificada deverá, respeitando o mesmo prazo citado no item acima, remeter ARP assinada, em 02 (duas) vias, por correios/transportadora, informando o código para rastreio pelo e-mail: cidersu@cidersu.mg.gov.br.

12.2.2. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos já apresentados por ocasião da habilitação, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à sede da licitante.

12.2.3. A ARP deverá ser assinada pelo atual representante legal da adjudicatária (Diretor, Sócio da Pessoa Jurídica ou Procurador) mediante apresentação do Contrato Social ou Procuração atualizados da Pessoa Jurídica e Cédula de Identidade do Representante.

12.2.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pelo Cidersu ou Município Contratante Consorciado.

12.3. Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela área solicitante, o Pregoeiro, examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao edital, podendo ainda negociar o preço.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. A ARP terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará Cidersu ou Município Contratante Consorciado a contratar, facultada a realização de licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência, desde que devidamente justificada.

12.6.1. A critério do Cidersu, obedecida a ordem de classificação, os fornecedores, cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na ARP, será(ão) convocado(s) pela área solicitante, mediante Ordem de Serviço, para fornecer na forma e prazos previstos, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, ao edital e a Ata.

12.7. O município consorciado solicitante avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento dos preços, publicando, trimestralmente, os preços registrados.

12.7.1. Se o preço inicialmente tornar-se superior ao praticado no mercado, o município consorciado solicitante negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da ARP poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

12.8. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada junto ao Cidersu.

12.9. O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso pelo Cidersu, mediante comunicação formalizada por correspondência com aviso de recebimento ou mediante publicação no Diário Oficial, assegurado o contraditório e da ampla defesa, nos seguintes casos:

12.9.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem à ARP;

12.9.2. O fornecedor não formalizar o Contrato decorrente da ARP ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;

12.9.3. O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente da ARP;

12.9.4. Em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente da ARP;

12.9.5. O fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados pelo mercado; e,

12.9.6. Por razões de interesse público.

12.10. O município consorciado solicitante deverá realizar o controle dos produtos entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

12.11. Na hipótese de se atingir o limite inicialmente estimado na ARP para contratação, o Cidersu, para atender a seus interesses, poderá aumentar quantitativos, através de termo aditivo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados.

12.11.1. Diante da opção pelo aditamento ao quantitativo do Contrato fica vedado o aditamento de quantitativos nos contratos dela decorrentes.

12.12. Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pela ARP junto ao Cidersu.

12.12.1. O município consorciado solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

Administração do Contrato e das contratações dela decorrentes.

12.13. O município consorciado solicitante expedirá atestado de inspeção dos produtos entregues, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

12.14. A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da ARP pelo município consorciado solicitante, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

12.15. O Cidersu não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizadas, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na ARP ou Termo de Referência.

12.16. O acompanhamento e a fiscalização da área solicitante não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

12.17 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

**XIII – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS CONTRATAÇÕES, DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS e DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

13.1 Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório

13.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os municípios consorciados a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida a ser realizada por cada município consorciado, desde que devidamente motivada.

13.3. A critério dos municípios consorciados, obedecida a ordem de classificação, os fornecedores, cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na ARP, será (ão) convocado(s) por estes, mediante Ordem de Serviço, para fornecer na forma e prazos previstos, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, ao edital e a Ata.

13.4 A vencedora da presente seleção assinará Ata, nos termos da Minuta do Anexo, que integra e complementa este edital, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis, contados da convocação que será feita pela autoridade competente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações.

13.5 O município consorciado solicitante avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento dos preços, publicando, trimestralmente, os preços registrados.

13.6 Se o preço inicialmente tornar-se superior ao praticado no mercado, o município consorciado solicitante negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da ARP poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

13.7 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada junto ao município consorciado.

13.8 O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso pelo município consorciado, mediante comunicação formalizada por correspondência com aviso de recebimento ou mediante publicação no Diário Oficial do Município, assegurado o contraditório e da ampla defesa, nos seguintes casos:

13.8.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem à ARP;

13.8.2. O fornecedor não formalizar o Contrato decorrente da ARP ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;

13.8.3. O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente da ARP;

13.8.4. Em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente da ARP;

13.8. O fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados pelo mercado; e,

13.8.6. Por razões de interesse público

13.9 Caso à adjudicatária se recuse a assinar a Ata, é prerrogativa do CIDERSU o direito de adjudicar à segunda colocada, desde que mantidas as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.10 A segunda adjudicatária, na hipótese do item anterior, estará sujeita às mesmas exigências feitas à primeira.

13.11. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

13.11.1 O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o município consorciado, permitida a negociação com o contratado.

13.11.2.1 Para que a prorrogação contratual ocorra, o Município consorciado contratante deverá fazer cumprir as diretrizes previstas no artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.11.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.11.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.11.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

13.12. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório.

13.13. A Ata firmada com o licitante fornecedor observará a minuta do Anexo, podendo ser alterada nos termos da legislação aplicável.

13.14. Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação, nos termos definidos no subitem 13.3, é facultado ao Cidersu ou Município Contratante Consorciado, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o lote específico ou o registro de preços.

13.15. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a adjudicatária obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as condições mais favoráveis ao Cidersu ou Município Contratante Consorciado.

13.16. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado ou não e que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao CIDERSU, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.17. Os municípios, consorciados ou não, que não participaram do presente Registro de Preços, quando desejarem fazer uso de sua Ata, deverão manifestar seu interesse junto AO CIDERSU para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivo preço a ser praticado, obedecido à ordem de classificação.

13.18. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas às condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, respeitando os quantitativos registrados em Ata e conforme Resolução nº 24 de 24 de Janeiro de 2024 e, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.18.1 As contratações de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens deste instrumento, não podendo exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço.

13.19 A Ata deve ser encaminhada em até cinco (5) dias úteis após a data de recebimento, com assinatura digital, para o e-mail: [cidersu@cidersu.mg.gov.br](mailto:cidersu@cidersu.mg.gov.br) com ou devidamente assinada no setor de Compras e Licitações do CIDERSU.

13.20 As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária no exercício 2024 e a sua correspondente para o exercício posterior e serão informadas nas Autorizações de Fornecimento/Empenho de cada município participante.

13.20.1 Para o presente certame, os municípios consorciados que manifestaram interesse na licitação compartilhada, informaram as seguintes dotações orçamentárias:

| MUNICÍPIO     | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA                                    |
|---------------|---|
| POÇO FUNDO    | 020601.25.752.2009.2023.0000.33903900.1.751.000.017.000 |
| CARVALHOPOLIS |   |

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

|                  |  |
|------------------|--|
| SERRANIA         | 02.07.25.751.0021.1.062. 3.3.90.39.00.00.00 – 1500 |
| MACHADO          |  |
| SÃO JOÃO DA MATA |  |
| CAMPANHA         |  |
| MONSENHOR PAULO  |  |
| PARAGUAÇU        |  |
| ALTEROSA         |  |
| SILVIANÓPOLIS    |  |
| FAMA             |  |

13.21. O município solicitante deverá realizar o controle dos produtos entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

13.22. Na hipótese de se atingir o limite inicialmente estimado na ARP para contratação, o município solicitante, para atender a seus interesses, poderá aumentar quantitativos, através de termo aditivo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados.

13.22.1. Diante da opção pelo aditamento ao quantitativo do Contrato fica vedado o aditamento de quantitativos nos contratos dela decorrentes.

13.23. Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pela ARP junto ao município solicitante.

13.23.1. O município solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a Administração do Contrato e das contratações dela decorrentes.

13.24 O município solicitante expedirá atestado de inspeção dos produtos entregues, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

13.25 A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da ARP pelo município solicitante, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

13.26 O Cidersu não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizadas, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na ARP ou Termo de Referência.

13.27 O acompanhamento e a fiscalização do município solicitante não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

**XIV – DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Contratada, sendo observada a ordem cronológica e obedecendo ao disposto no artigo 141 e seguintes da Lei 14.133/2021, desde que o serviço solicitado tenha sido efetivamente entregue e tenha sido inspecionado e aceito por servidor responsável, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor do município consorciado solicitante.

14.2. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS atualizados.

14.3. Os fornecedores de bens e serviços deverão emitir os documentos fiscais em observância às regras dispostas na Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos municípios consorciados solicitantes. Ademais, é dever dos fornecedores informar, no documento fiscal, o valor do imposto de renda e demais contribuições a serem retidos na operação, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações.

14.4. Não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sendo

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

que, para esta situação, será obrigatório informar, no “campo observação” da Nota Fiscal, o referido inciso de enquadramento previsto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.5. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pelo Cidersu ou Município Contratante Consorciado. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo o município solicitante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

14.7. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município consorciado quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

14.8. Tratando-se de consórcio, o pagamento será efetuado em Banco, Agência e Conta em nome e CNPJ deste, bem como na Nota Fiscal constará os dados do Consórcio e o percentual de cada empresa consorciada, conforme discriminado no Ato Constitutivo.

14.9. O pagamento ocorrerá somente após a entrega dos produtos totais constantes na Ordem de Serviços.

**XV – DO LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETOS DO PRESENTE EDITAL**

15.1 Os serviços deverão ser entregues em local indicado nas Autorizações de Fornecimento, dentro dos municípios consorciados solicitantes.

15.1.1. O prazo de entrega parcelada será o constante na autorização de fornecimento.

15.2. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

15.3 Os serviços deverão ser entregues em conformidade com as normas sanitárias, devidamente lacradas, acompanhados dos respectivos manuais de utilização, se for o caso.

15.4 O recebimento do objeto ora contratado seguirá a disposição contida no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5 Quanto aos serviços de manutenção do sistema de IP, o prazo para recuperação de qualquer ponto com defeito no perímetro urbano da cidade será de até 96 (noventa e seis) horas contando do recebimento da reclamação registrada no Call Center ou da solicitação formal da Fiscalização do Município. Na zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos) será de até 120 (cento e vinte) horas.

**15.5.1 DETALHAMENTO QUANTO AOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO:**

- a) 96 (noventa e seis) horas a partir do recebimento da solicitação para executar os serviços de Manutenção Corretiva, podendo o Município solicitar atendimento em 48 (quarenta e oito) horas úteis em até 10% (dez por cento) das solicitações recebidas diariamente.
- b) 24 (vinte e quatro) horas úteis para a informação no sistema informatizado da Prefeitura Municipal após a execução dos Serviços de Manutenção.
- c) 72 (setenta e duas) horas úteis para a substituição ou correção de posição ou instalação de ponto de IP a partir da constatação pela ronda ou solicitação do Município.
- d) 240 (duzentos e quarenta) horas úteis para os Serviços de Manutenção Preventiva, podendo ser ampliado a critério exclusivo do Município.
- e) 24 (vinte e quatro) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em região central ou bairro.
- f) 48 (quarenta e oito) horas úteis para correção de ponto isolado aceso durante o dia em região central ou bairro.
- g) 24 (vinte e quatro) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais acesos durante o dia em região central ou bairro.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

h) 168 (cento e sessenta e seis) horas para correção de ponto isolado apagado durante a noite em zona rural ou em aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

i) 96 (noventa e seis) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em zona rural ou em aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

15.5.2 O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste item fará jus a Multa pecuniária nos termos do previstos neste Edital, quando não se constituir em outras penalidades.

15.5.3 O prazo para Levantamento Completo e Implantação no Sistema Informatizado das Prefeituras, do Cadastro completo dos Pontos de IP existentes na cidade, será de até 90 (noventa) dias após a data de assinatura do Contrato.

15.5.4 A empresa Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias para montar seu canteiro de obras no Município, onde deverá também estar seu almoxarifado.

**XVI – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

16.1 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro da Ata em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

16.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de fato que eleve o custo do bem registrado, cabendo ao gestor de contrato e ao fiscal promoverem as negociações junto aos fornecedores.

16.3 Quando o preço registrado se tornar, por motivo superveniente, superior ao preço praticado no mercado, o gestor de contrato e fiscal convocarão os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o gestor de contrato e o fiscal poderão:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem a aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

16.5 Não havendo êxito nas negociações, o gestor de contrato e o fiscal deverão requerer a revogação da ata de registros de preços, caso em que se adotarão as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**XVII - DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME**

17.1 O Cidersu, observadas as razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação deste procedimento licitatório

**XVIII - DAS SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra, quando couber;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável  
**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

- 18.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Cidersu ou Município Contratante Consorciado;
- 18.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.6. Fraudar a licitação;
- 18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2. O Cidersu ou Município Contratante Consorciado poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- advertência;
  - multa;
  - impedimento de licitar e contratar e
  - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - as peculiaridades do caso concreto
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - os danos que dela provierem para Cidersu ou Município Contratante Consorciado;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.3.1. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 18.3.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.4.1. As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor da Ordem de Serviços e serão descontadas do pagamento eventualmente devidos pelo município consorciado solicitante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 18.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município consorciado solicitante pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas acima, bem como pelas infrações administrativas previstas supracitadas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo município consorciado solicitante, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta.
- 18.8. O atraso injustificado na execução do objeto descrito neste edital sujeitará a multa de mora na forma estabelecida a seguir:
- 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia;





**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável  
**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

- b) 10% (dez por cento) após ultrapassado o prazo da alínea anterior.
- 18.9. Considera-se ocorrência passível de multa:
- a) atraso na execução do objeto após o encaminhamento da Ordem de Serviços;
- b) impedir a realização da fiscalização.
- 18.10. Pela inexecução total ou parcial do contrato Cidersu ou Município Contratante Consorciado deverá aplicar as sanções previstas no item 18.2.
- 18.10.1 Ocorrendo a inexecução de que trata o item anterior, reserva-se ao município consorciado solicitante o direito de optar sucessivamente pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.
- 18.10.2. A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
- 18.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pelos gestores e fiscais previamente indicados, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.15. A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva do município consorciado.
- 18.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

**XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.
- 19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.3. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.
- 19.4. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.
- 19.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelos municípios consorciados, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.
- 19.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.10. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério,

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Cidersu ou Município Contratante Consorciado, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Cidersu ou Município Contratante Consorciado não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Cidersu ou Município Contratante Consorciado.

19.15. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.16. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Cidersu revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

19.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.18. O CIDERSU exercerá o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova em caso de sessão presencial.

19.19. Fica eleito o foro da Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site do Portal de Compras do Cidersu: <https://portal.sgpccloud.net:9143/Comprasedital/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cidersu.mg.gov.br>.

19.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de proposta;

ANEXO III – Declaração Conjunta;

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços; (em caso de RP)

ANEXO V – Minuta do contrato

ANEXO VI – Da segurança, treinamento, saúde e bem estar

ANEXO VII – Regularização De Ponto De IP Aceso Ou Apagado

ANEXO VIII – Acompanhamento De Serviços

ANEXO IX – Modelo de Carta ou E-mail para a Cemig

ANEXO X - Modelo De Declaração De Responsabilidade Técnica

ANEXO XI – Inventário do Parque Luminotécnico dos Municípios Consorciados

Carvalhópolis/MG, data da assinatura eletrônica.

**Lilian Noêmia Peralta Araújo**

**Agente de Contratações**

**CIDERSU**

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\*****ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA****1- OBJETO**

**1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PARQUES LUMINOTÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CIDERSU, ENGLOBANDO AS ZONAS URBANAS, ÁREAS URBANAS ESPECIAIS, ZONAS RURAIS E DISTRITOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, OBEDECENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, AOS CRITÉRIOS E PARÂMETROS TÉCNICOS DE QUALIDADE.**

1.2 Os serviços objetos deste edital poderão ser executados em: avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública nos Municípios da base territorial dos municípios que compõem o CIDERSU.

1.3 Os serviços deste edital contemplam a mão-de-obra e materiais necessários, tais como, substituição de fios rompidos, substituição de lâmpadas, reatores, relés, enfim, todo material necessário à perfeita manutenção do sistema de iluminação pública de cada município consorciado ao CIDERSU.

**2 – JUSTIFICATIVA/FINALIDADE**

2.1. Justifica-se a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos parques luminotécnicos dos municípios que compõem o Cidersu para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos dos municípios consorciados na manutenção de vias públicas e demais eventuais obras que podem ser de necessidade das prefeituras.

2.2. Como já vem sendo realizado as licitações compartilhadas para atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Cidersu, e a realização de licitações é uma das finalidades do consórcio, esse objeto é apenas mais um dos demais que visa a contribuir economicamente e garantir a agilidade na prestação de serviços da empresa vencedora.

2.3 Os municípios que compõem o consórcio CIDERSU manifestaram interesse na contratação de tais serviços, sendo que tais manifestações compõem a fase interna do certame e contribuíram para a formação das quantidades estimadas.

2.4 A Resolução nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determina que a manutenção do sistema de iluminação pública compete aos municípios e, em razão disso, com vistas à redução dos custos que envolvem tal contratação, a licitação compartilhada se mostra uma alternativa eficaz.

2.5 Assim, é de total importância iniciar os procedimentos objetivando atender às determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e continuar a prover os municípios consorciados do CIDERSU para fazer frente aos compromissos no que diz respeito a executar a Manutenção do Sistema de Iluminação Pública.

2.6 A realização de registro de preços se justifica devido ao fato dos municípios consorciados possuírem número variado de pontos que servem à iluminação pública e que necessitam de manutenção, podendo fazer com que a demanda pela contratação destes serviços varie de acordo com a necessidade, sendo certo que a quantidade de contratações poderá sofrer alterações ao longo do prazo de vigência da ata de registro de preços. Ademais, os municípios crescem a cada instante e cabe a estes zelar pela boa infraestrutura urbana oferecendo à população cada vez melhor qualidade de vida, sendo que a iluminação pública é fator preponderante neste processo.

2.7 Além do que a expansão imobiliária no Município gera a cada dia um aumento significativo da demanda de serviços desta natureza.

2.8 Este é um processo sem fim porque a cada obra executada que melhora o nível da iluminação em determinado trecho da cidade, bairro ou via pública ou mesmo numa praça pública, os moradores de outras regiões pleiteiam o mesmo procedimento e, é dever e obrigação, inclusive pelo Princípio da Isonomia, já que todos são iguais perante a Lei, procurar oferecer a todos os Municípios o mesmo tratamento.

2.9 O sentimento de igualdade na sociedade moderna pugna pelo tratamento justo aos que ainda não conseguiram

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

a viabilização e a consecução de seus direitos mais básicos e fundamentais para que tenham não somente o direito a viver, mas para que também possam continuar tendo uma vida digna.

2.10 Os fornecimentos ora licitados são para serviços comuns de engenharia, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

2.11 Neste sentido, o CIDERSU realiza licitação para a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública para manutenção das vias urbanas dos municípios consorciados com vistas à melhoria da qualidade de vida dos municípios.

**3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS****DEMONSTRATIVO TOTAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS**

| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>                     |                     |                   |                    |                         |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|
| <b>Tipo de Lâmpada</b>                                | <b>Potência (W)</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Preço Médio</b> | <b>Valor Unitário</b>   |
| <b>Manutenção Preventiva, Corretiva de Iluminação</b> |                     | <b>18.366</b>     | <b>R\$ 8,30</b>    | <b>R\$ 152.437,80</b>   |
| LED   | 30                  | 5                 | <b>R\$ 330,67</b>  | <b>R\$ 1.653,33</b>     |
| LED   | 40                  | 6                 | <b>R\$ 338,83</b>  | <b>R\$ 2.033,00</b>     |
| LED   | 42                  | 1                 | <b>R\$ 338,83</b>  | <b>R\$ 338,83</b>       |
| LED   | 44                  | 1                 | <b>R\$ 338,83</b>  | <b>R\$ 338,83</b>       |
| LED   | 50                  | 2.794             | <b>R\$ 404,87</b>  | <b>R\$ 1.131.197,47</b> |
| LED   | 52                  | 279               | <b>R\$ 404,87</b>  | <b>R\$ 112.957,80</b>   |
| LED   | 56                  | 437               | <b>R\$ 404,87</b>  | <b>R\$ 176.926,73</b>   |
| LED   | 58                  | 711               | <b>R\$ 448,23</b>  | <b>R\$ 318.693,90</b>   |
| LED   | 60                  | 727               | <b>R\$ 448,23</b>  | <b>R\$ 325.865,63</b>   |
| LED   | 70                  | 148               | <b>R\$ 448,23</b>  | <b>R\$ 66.338,53</b>    |
| LED   | 80                  | 1.281             | <b>R\$ 448,23</b>  | <b>R\$ 574.186,90</b>   |
| LED   | 90                  | 1                 | <b>R\$ 621,37</b>  | <b>R\$ 621,37</b>       |
| LED   | 96                  | 179               | <b>R\$ 621,37</b>  | <b>R\$ 111.224,63</b>   |
| LED   | 100                 | 2.005             | <b>R\$ 621,37</b>  | <b>R\$ 1.245.840,17</b> |
| LED   | 110                 | 2                 | <b>R\$ 708,77</b>  | <b>R\$ 1.417,53</b>     |
| LED   | 112                 | 1                 | <b>R\$ 708,77</b>  | <b>R\$ 708,77</b>       |

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável  
\*\* AUTUAÇÃO \*\*

|                        |     |       |                     |                       |
|------------------------|-----|-------|---------------------|-----------------------|
| LED                    | 113 | 1     | <b>R\$ 708,77</b>   | <b>R\$ 708,77</b>     |
| LED                    | 114 | 9     | <b>R\$ 708,77</b>   | <b>R\$ 6.378,90</b>   |
| LED                    | 116 | 1     | <b>R\$ 708,77</b>   | <b>R\$ 708,77</b>     |
| LED                    | 118 | 1     | <b>R\$ 708,77</b>   | <b>R\$ 708,77</b>     |
| LED                    | 140 | 1.073 | <b>R\$ 766,70</b>   | <b>R\$ 822.669,10</b> |
| LED                    | 150 | 1.087 | <b>R\$ 766,70</b>   | <b>R\$ 833.402,90</b> |
| LED                    | 170 | 1     | <b>R\$ 808,03</b>   | <b>R\$ 808,03</b>     |
| LED                    | 180 | 238   | <b>R\$ 998,10</b>   | <b>R\$ 237.547,80</b> |
| LED                    | 200 | 41    | <b>R\$ 998,10</b>   | <b>R\$ 40.922,10</b>  |
| LED                    | 230 | 111   | <b>R\$ 1.136,67</b> | <b>R\$ 126.170,00</b> |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO) | 80  | 197   | <b>R\$ 39,30</b>    | <b>R\$ 7.742,10</b>   |
| Reator Vapor Mercúrio  | 80  | 197   | <b>R\$ 69,19</b>    | <b>R\$ 13.629,45</b>  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO) | 125 | 1.461 | <b>R\$ 43,37</b>    | <b>R\$ 63.358,70</b>  |
| Reator Vapor Mercúrio  | 125 | 1.461 | <b>R\$ 79,89</b>    | <b>R\$ 116.711,99</b> |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO) | 250 | 70    | <b>R\$ 52,50</b>    | <b>R\$ 3.675,00</b>   |
| Reator Vapor Mercúrio  | 250 | 70    | <b>R\$ 106,53</b>   | <b>R\$ 7.457,10</b>   |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO) | 400 | 46    | <b>R\$ 57,60</b>    | <b>R\$ 2.649,60</b>   |
| Reator Vapor Mercúrio  | 400 | 46    | <b>R\$ 128,53</b>   | <b>R\$ 5.912,38</b>   |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 70  | 620   | <b>R\$ 27,77</b>    | <b>R\$ 17.215,33</b>  |
| Reator Vapor Sódio     | 70  | 620   | <b>R\$ 68,14</b>    | <b>R\$ 42.243,70</b>  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 100 | 1.745 | <b>R\$ 31,50</b>    | <b>R\$ 54.967,50</b>  |
| Reator Vapor Sódio     | 100 | 1.745 | <b>R\$ 71,98</b>    | <b>R\$ 125.605,10</b> |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 150 | 531   | <b>R\$ 33,53</b>    | <b>R\$ 17.806,20</b>  |
| Reator Vapor Sódio     | 150 | 531   | <b>R\$ 89,23</b>    | <b>R\$ 47.378,48</b>  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 250 | 177   | <b>R\$ 35,23</b>    | <b>R\$ 6.236,30</b>   |
| Reator Vapor Sódio     | 250 | 177   | <b>R\$ 104,13</b>   | <b>R\$ 18.431,01</b>  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 350 | 3     | <b>R\$ 35,88</b>    | <b>R\$ 107,63</b>     |
| Reator Vapor Sódio     | 350 | 3     | <b>R\$ 112,50</b>   | <b>R\$ 337,50</b>     |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)    | 400 | 39    | <b>R\$ 43,70</b>    | <b>R\$ 1.704,30</b>   |
| Reator Vapor Sódio     | 400 | 39    | <b>R\$ 126,00</b>   | <b>R\$ 4.914,00</b>   |



|                       |      |        |                           |                         |
|-----------------------|------|--------|---------------------------|-------------------------|
| Reator Vapor Metálico | 70 W | 2      | <b>R\$ 75,55</b>          | <b>R\$ 151,10</b>       |
| RELÉ                  | 1,2  | 14.994 | <b>R\$ 26,08</b>          | <b>R\$ 391.093,50</b>   |
|                       |      |        | <b>Total<br/>Estimado</b> | <b>R\$ 7.242.134,32</b> |

**TOTAL GERAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO:** R\$ 7.242.134,32 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos).

#### 4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

A estimativa de custo desta contratação realizada pelo Cidersu são os constantes na tabela de itens. O valor atribuído ao certame foi buscado em pesquisa de mercado e perfaz o montante estimado de R\$ 7.242.134,32 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos).

#### 5. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO PRAZO E LOCAL DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

5.1. A Execução indireta/fornecimento sob o regime de empreitada por item. O prazo para execução dos serviços será o constante em cada ordem de fornecimento a ser emitida pelo município consorciado.

5.1.2 Quanto aos serviços de manutenção do sistema de IP, o prazo para recuperação de qualquer ponto com defeito no perímetro urbano da cidade será de até 96 (noventa e seis) horas contando do recebimento da reclamação registrada no Call Center ou da solicitação formal da Fiscalização do Município. Na zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos) será de até 120 (cento e vinte) horas.

##### 5.1.2.1 DETALHAMENTO QUANTO AOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO:

- a) 96 (noventa e seis) horas a partir do recebimento da solicitação para executar os serviços de Manutenção Corretiva, podendo o Município solicitar atendimento em 48 (quarenta e oito) horas úteis em até 10% (dez por cento) das solicitações recebidas diariamente.
- b) 24 (vinte e quatro) horas úteis para a informação no sistema informatizado da Prefeitura Municipal após a execução dos Serviços de Manutenção.
- c) 72 (setenta e duas) horas úteis para a substituição ou correção de posição ou instalação de ponto de IP a partir da constatação pela ronda ou solicitação do Município.
- d) 240 (duzentos e quarenta) horas úteis para os Serviços de Manutenção Preventiva, podendo ser ampliado a critério exclusivo do Município.
- e) 24 (vinte e quatro) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em região central ou bairro.
- f) 48 (quarenta e oito) horas úteis para correção de ponto isolado aceso durante o dia em região central ou bairro.
- g) 24 (vinte e quatro) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais acesos durante o dia em região central ou bairro.
- h) 168 (cento e sessenta e seis) horas para correção de ponto isolado apagado durante a noite em zona rural ou em aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).
- i) 96 (noventa e seis) horas úteis para correção de conjunto de 3 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em zona rural ou em aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

5.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5.3. O custo referente ao transporte e alimentação dos colaboradores que compõem a equipe de apoio será de responsabilidade do Contratado.

5.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 -**DO PARQUE LUMINOTÉCNICO:**



5.6.1 O Parque Luminotécnico, objeto deste projeto, será aquele indicado no inventário do ativo da iluminação pública de cada Município consorciado, devidamente inserido no edital. O referido inventário conterá toda a discriminação técnica necessária para identificação dos elementos que compõem o Parque Luminotécnico.

5.6.2 Este inventário é aquele oriundo da Concessionária que atende os Municípios consorciados ao CIDERSU.

## **6. DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.1- O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2- A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por uma vez, desde que atendidas às exigências previstas no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **7 – GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O município consorciado poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o município consorciado poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Fiscal do Contrato: servidores responsáveis designados pelos municípios consorciados.

7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o município consorciado.

7.6.3. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7. Gestor do Contrato: responsáveis designados pelas Secretarias requisitantes.

7.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do Cidersu ou Município Contratante Consorciado.

7.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do município consorciado.

7.7.7. O gestor do contrato deverá proceder com as diligências necessárias para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.8. A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do município consorciado ou de seus agentes prepostos.

**8 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

8.1 A contratada deverá:

8.1.1. Executar os serviços de manutenção nos locais determinados conforme autorização de fornecimento, obedecendo as quantidades, qualidade e prazo de atendimento, conforme dispostos neste edital;

8.1.2. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições parafiscais cujo fato imponível esteja relacionado ao cumprimento da contratação objeto deste termo;

8.1.3. Responsabilizar-se por todos os atos, omissos ou comissos que venha praticar, cabendo as respectivas indenizações em face desses e em favor do Município, vindo a ser restituído os valores pagos devidamente corrigidos;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indireta aos municípios consorciados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste termo de referencia;

8.1.5. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto deste termo de referencia, inclusive materiais, Mão de obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhista, e outras decorrentes da execução do objeto licitado, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com o Município.

8.1.6. Manter durante o período de execução do objeto licitado, as condições de regularidade solicitadas quando da fase de habilitação.

8.1.7. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município na execução dos serviços.

8.1.8. Manter durante a execução dos serviços contratados, as condições de regularidade solicitadas quando da fase de habilitação.

8.1.9. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na prestação dos serviços.



**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

8.2. O município deverá:

8.2.1 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata;

8.2.2. Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

8.2.3. Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução da Ata.

8.2.4 Efetuar o pagamento a Contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

**9- DA FORMA DE PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento será realizado em 30 dias da liquidação da despesa, com a respectiva emissão da nota Fiscal/Fatura. A forma de pagamento referida no caput deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

9.2. A forma de pagamento dos municípios consorciados é por empenho. As faturas que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência à contratada, e seu tempo de tramitação desconsiderado.

9.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados na forma deste instrumento convocatório.

9.4. Os municípios poderão proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

9.5. Os preços serão fixos e irredutíveis. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de realinhamentos/reequilíbrios de preços, em face da superveniência de fatos e ou normas aplicáveis à espécie que deverão ser encaminhados exclusivamente através do e-mail [cidersu@cidersu.mg.gov.br](mailto:cidersu@cidersu.mg.gov.br)

9.6. As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do relatório de recebimento, devidamente assinado e carimbado pelo funcionário responsável, sendo tar-se-á da data de sua reapresentação. Deverão constar também na nota fiscal os dados bancários e número do empenho.

9.7. Dotação Orçamentária: as dotações serão as dos municípios consorciados. Já informaram a este consórcio as seguintes dotações orçamentárias:

| MUNICÍPIO        | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|------------------|----------------------|
| POÇO FUNDO       |                      |
| CARVALHOPOLIS    |                      |
| SERRANIA         |                      |
| MACHADO          |                      |
| SÃO JOÃO DA MATA |                      |
| MONSENHOR PAULO  |                      |
| PARAGUAÇU        |                      |
| ALTEROSA         |                      |
| SILVIANÓPOLIS    |                      |
| FAMA             |                      |

9.8 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.10 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo município consorciado, após a verificação dos requisitos constantes do termo de referência e consequente aceitação mediante termo detalhado.



9.11 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade, quantidade e prazos de execução, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.13 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo município consorciado durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.15.1. Para fins de liquidação, o setor competente de cada município consorciado deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.16 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.17 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18 O município consorciado deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.19 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.23 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da liquidação da despesa, sendo observada a ordem cronológica e obedecendo ao disposto no artigo 141 e seguintes da Lei 14.133/2021, desde que o produto solicitado tenha sido efetivamente entregue e tenha sido inspecionado e aceito por servidor responsável, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor do município consorciado.

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

9.24 A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS atualizados.

9.25 Os fornecedores de bens e serviços deverão emitir os documentos fiscais em observância às regras dispostas na Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos municípios consorciados.

9.26 A contratada deverá informar no documento fiscal o valor do imposto de renda e demais contribuições a serem retidos na operação, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 com suas alterações.

9.27 Não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

9.27.1 Nos casos dispostos acima, será obrigatório informar, no “campo observação” da Nota Fiscal, o referido inciso de enquadramento previsto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 com suas alterações.

9.28 Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pelo município consorciado.

9.29 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo o município consorciado por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

9.30 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9.31 Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município consorciado quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

**10. ESTIMATIVAS DA CONTRATAÇÃO:**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 7.242.134,32 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), tendo por base as cotações praticadas e a quantidade de produtos estimados pelos municípios consorciados.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações previstas no artigo 24 da Resolução nº 24 de 24 de janeiro de 2024 do Cidersu:

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

9.3. Não serão reajustados os valores que não comprovarem fatores supervenientes e imprevisíveis que fundamentem a alteração do custo.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORIGEM DOS RECURSOS:**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nos orçamentos dos municípios consorciados ao Cidersu.

| MUNICÍPIO     | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---------------|----------------------|
| POÇO FUNDO    |                      |
| CARVALHOPOLIS |                      |
| SERRANIA      |                      |

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

|                  |  |
|------------------|--|
| MACHADO          |  |
| SÃO JOÃO DA MATA |  |
| MONSENHOR PAULO  |  |
| PARAGUAÇU        |  |
| ALTEROSA         |  |
| SILVIANÓPOLIS    |  |
| FAMA             |  |

Demais municípios consorciados fornecerão as dotações orçamentárias quando da elaboração da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou contrato administrativo respectivo

**12. DA DOCUMENTAÇÃO:**

12.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme artigos 65 a 70 da Lei 14.133/2021 e definido no Edital.

**13. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS:**

13.1. A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada serviço constante deste Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

13.2. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

13.3. As hipóteses de exclusão de garantia são as seguintes:

a) Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

13.4. É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem de falhas.

13.5. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

13.6. A contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos serviços, objetos deste Termo de Referência, quanto os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

13.7. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.

**14. DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES**

14.1. No julgamento das propostas, para fins de seleção da proposta mais vantajosa para os municípios consorciados, será considerada a adjudicação por MENOR PREÇO, reconhecendo e elegendo a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO pelo sistema de Registro de Preços.

14.2. Como critério de aceitação do objeto será verificado a qualidade dos serviços e demais OUTROS fatores relevantes.

14.3. A fiscalização e gerenciamento do contrato ficarão a cargo de cada município consorciado.

Carvalhópolis/MG, data da assinatura eletrônica.

**Lilian Noêmia Peralta Araújo**  
Agente de Contratações  
CIDERSU

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\*****APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO E DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:**

O presente estudo técnico preliminar (etp) tem como objeto a análise da viabilidade para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para especializada em manutenção dos ativos de iluminação pública, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos parques luminotécnicos dos municípios que compõem o cidersu, englobando as zonas urbanas, áreas urbanas especiais, zonas rurais e distritos, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, obedecendo às normas técnicas pertinentes, aos critérios e parâmetros técnicos de qualidade.

1.2 Os serviços objetos deste edital poderão ser executados em: avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública nos Municípios da base territorial dos municípios que compõem o CIDERSU.

1.3 Os serviços deste edital contemplam a mão-de-obra e materiais necessários, tais como, substituição de fios rompidos, substituição de lâmpadas, reatores, relés, enfim, todo material necessário à perfeita manutenção do sistema de iluminação pública de cada município consorciado ao CIDERSU.

**2 – DEFINIÇÕES A SEREM APLICADAS NO PRESENTE PROCESSO**

Para efeitos da presente licitação, são apresentadas as seguintes definições:

- a) Ponto de Iluminação Pública: é o conjunto completo, constituído por uma Luminária e seus acessórios, Lâmpada, Braço, Fiação, Conectores, Reator e Relé-Fotoelétrico, indispensáveis ao seu funcionamento, suprido pelo mesmo circuito elétrico. Chamado também de ponto de IP.
- b) Ponto de Iluminação Pública do Tipo Aéreo: é o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, sustentada por estrutura pertencente à concessionária ou à própria Prefeitura, cujo circuito alimentador é constituído de condutores instalados ao ar livre.
- c) Ponto de Iluminação Pública do Tipo Subterrâneo: é o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, além de postes, braços, suporte ou colunas, e cujo circuito alimentador compõe-se de condutores instalados em eletrodutos subterrâneos ou enterrados diretamente no solo, sejam de propriedade da concessionária ou do Município.
- d) Ponto de Iluminação Pública do Tipo Ornamental: é o conjunto de concepção estética, auto-suportado através de postes de aço, de alumínio ou ferro fundido, constituído por bases, colunas, braços e suportes também em aço ou ferro fundido ou alumínio fundido, para a iluminação de praças, avenidas duplicadas, trevos, etc. São também classificadas como ornamentais alguns pontos de iluminação específicos que estão localizadas em locais diferenciados valorizando monumentos públicos.
- e) Rede de Iluminação Pública: é o conjunto de circuitos que tem por finalidade alimentar diversos pontos de iluminação pública, sustentados por postes de concreto circular, duplo T ou de concreto com conicidade reduzida, ou também de aço, com uma ou duas luminárias. Quando os Cabos Elétricos Alimentadores são aparentes e fixados no alto dos postes ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AÉREA. Quando os cabos Elétricos Alimentadores estão instalados em eletrodutos enterrados no solo ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SUBTERRÂNEA.
- f) Manutenção Corretiva: serviços executados em um Sistema de Iluminação Pública em consequência da ocorrência de defeito ou acidente para recuperar ponto apagado ou eliminar situação de risco a pessoas ou patrimônio.
- g) Manutenção Preventiva: serviços planejados e executados em um Sistema de Iluminação Pública objetivando evitar a ocorrência de defeitos e/ou minimizar seus efeitos. A Manutenção Preventiva poderá ser iniciativa da empresa contratada ou por ofício do Município.
- h) Ronda: constituem-se na visita às avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública nos Municípios já elencados da base territorial do CIDERSU, de forma a verificar situações de inconformidade, na

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

maioria das vezes sendo pontos de IP apagados, mas também situações de risco, necessidade de melhoria ou ampliação da iluminação, prevenção de danos materiais ao patrimônio público ou de terceiros, etc. Nos locais mencionados neste item, deverá ser realizada inspeção (ronda) nas instalações de iluminação pública, visando detectar lâmpadas apagadas ou acesas indevidamente, poste fora do prumo, abalroados, faltantes ou com luminária faltante ou compartimento aberto, braço ou suporte fora de posição, caixa de passagem com tampa quebrada ou faltante. A ronda deverá ainda detectar qualquer irregularidade que venha colocar em risco a segurança da população ou do sistema. Não se deve entender a Ronda como sendo somente a visita noturna. O roteiro de Ronda ou trecho deverá ser feito em comum acordo com a Fiscalização do Município.

i) Serviços de Pronto Atendimento/Emergenciais: correspondem aos serviços requeridos em algum equipamento ou componente físico de IP que esteja ocasionando obstrução parcial ou total à circulação normal de veículos ou pedestres e/ou que ofereça riscos, ou danos, de qualquer natureza à população e/ou ao patrimônio público ou de terceiros, ou ainda em que a falta da Iluminação possa possibilitar algumas das situações descritas.

j) Estação Transformadora: conjunto destinado a alimentar circuitos de Iluminação Pública, composto por transformadores e respectivos equipamentos de comando e proteção.

k) Classe de Tensão: representa o valor inteiro mais aproximado da Média Tensão de Trabalho utilizado por fabricantes de materiais e equipamentos elétricos para homogeneizar características de produtos.

l) Ponto Mantido: é o Ponto de Iluminação Pública que foi consertado ou que sofreu manutenção porque estava apagado para que voltasse a funcionar normalmente, ou que estava aceso direto e foi recuperado a contento.

m) Ponto Convencional: é o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura até 8,0m (oito metros) do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

n) Ponto Semi-Convencional: é o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura acima de 8,0m (oito metros) e abaixo de 12,0m (doze metros) do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

o) Ponto Não Convencional: é o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura acima de 12,0m (doze metros) do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

p) Vão: é a distância em metros entre um poste e outro numa Via Pública. Em geral, o "VÃO" é igual a 35,0m (trinta e cinco metros).

**3. RECURSOS DE PESSOAL, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES:**

3.1 É de inteira responsabilidade da empresa contratada o treinamento, qualificação e recursos de mão de obra, material e equipamentos necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências do Edital e seus anexos, observando as quantidades mínimas necessárias.

3.2 É de responsabilidade também da empresa contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares na execução dos trabalhos e nas condições de segurança, cabendo exclusivamente à empresa contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados ou prepostos, devendo atender integralmente o disposto neste edital e seus respectivos anexos e na legislação vigente.

3.3 A empresa contratada deverá manter Engenheiro Responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações do Município.

3.4 Todas as Ferramentas necessárias e a serem utilizadas quando da execução de quaisquer serviços deverão estar sempre ao dispor do pessoal que executará tais serviços, jamais sendo aceita alegação de falta de ferramental disponível.

3.5 Os veículos necessários à perfeita execução de todo e qualquer serviço também serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada que deverá mantê-los, preferencialmente, no território de abrangência do CIDERSU, entre os municípios consorciados, nos termos deste Memorial Descritivo, demais itens do Edital e anexos

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

3.6 As Instalações físicas para almoxarifado, guarda de veículos, ferramentas e equipamentos, acomodação do pessoal, escritórios etc. são de exclusiva responsabilidade da empresa contratada e deverão obedecer as legislações e normas vigentes.

**4. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS:**

4.1 Os materiais necessários aos serviços objeto da presente licitação serão adquiridos e fornecidos pela empresa contratada. Materiais de uso corrente tais como fitas isolantes, massa de isolamento elétrico, tintas, primers, removedores, solventes, mesmo sendo produtos de valor menos significativo, deverão ser adquiridos de fabricantes devidamente qualificados e certificados. Assim como: lixas, panos, estopas, sabões, massa para calafetar, massa plástica, pincéis, todos deverão ser de boa procedência e adquiridos junto a fabricantes de boa reputação no mercado, sujeitos à reprovação do Setor de Fiscalização competente do Município.

4.2 Todos os demais materiais necessários aos serviços objeto da presente licitação deverão ser adquiridos de fornecedores homologados e atenderem integralmente as normas da ABNT e INMETRO/PROCEL, quando aplicável. Qualquer aplicação de material diverso deverá receber anterior aprovação da Concessionária Local, mediante todos os testes e recursos disponíveis e solicitados para avaliação.

**5. INSPEÇÕES DE AQUISIÇÃO:**

5.1 Todos os materiais adquiridos pela empresa contratada **serão inspecionados pelo Município** e, quando for o caso, por corpo técnico da Concessionária, sempre nas dependências da empresa contratada.

5.2 Todas as despesas decorrentes da inspeção deverão ser suportadas exclusivamente pela empresa contratada, inclusive aquelas decorrentes de ensaio destrutivo. Para tanto, deverá a empresa contratada protocolar junto aos Municípios a solicitação para inspeção dos materiais, antes da sua instalação.

5.3 A aquisição de materiais pela empresa contratada deverá ser dimensionada e planejada de forma que todos os materiais sejam inspecionados de acordo com as rotinas dos Municípios.

**6. CONTROLE DE QUALIDADE:**

6.1 A empresa contratada se obriga, a partir da assinatura do contrato, a **GARANTIR A QUALIDADE** de todo e qualquer material aplicado no Sistema de Iluminação Pública dos Municípios Consorciados ao CIDERSU e participantes desta licitação. Toda documentação solicitada nas etapas de Inspeção e Liberação farão parte do acervo dos Municípios, de forma a garantir a rastreabilidade e o controle de qualidade. A qualquer momento o Município poderá requisitar amostras dos produtos para a realização de ensaios para controle da qualidade. Estes ensaios serão suportados exclusivamente pela Contratada.

**7. GESTÃO DE MATERIAIS:****7.1 Almoxarifado, Estoque Operacional e Estoque de Devolução:**

7.1.1 Deverá ser criado, no mínimo, 1 (um) almoxarifado para os materiais novos adquiridos pela empresa contratada para aplicação no Sistema de Iluminação Pública dos Municípios e para os materiais retirados das ruas durante os serviços de manutenção, sendo passível de negociação adequação para que outros locais possam suprir esta necessidade de ampliação de almoxarifados conforme demanda oriunda dos serviços emanados pelos municípios/municípios, sem qualquer ônus para o Contratante.

7.1.2 O almoxarifado deverá estar devidamente equipado para acondicionamento e movimentação dos materiais, com prateleiras, pallets, armários, carrinho porta-pallets, etc. Além disso, deverão dispor de mão de obra para os serviços de movimentação interna e carregamento de veículos.

7.1.3 Dentro da área coberta deverá estar marcado e identificado o local onde estarão armazenados os materiais

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

retirados da iluminação pública e que serão pré-tratados pela empresa contratada e, posteriormente, triados. Para os materiais classificados como Recuperável (R), Recuperável em Garantia (RG) e Inservível (I), deverá existir um local marcado e identificado. O material inservível deverá ser separado em Nocivo ao Meio Ambiente (NMA-DESC) e Não Nocivo ao Meio Ambiente (ND).

7.1.4 Todos os materiais, novos ou retirados da iluminação pública, deverão ser armazenados de forma adequada e de maneira a garantir a integridade, a conservação, o controle e a fiscalização dos estoques.

7.1.5 Em hipótese alguma poderá a empresa contratada ou qualquer de seus funcionários (que será enxergado como a empresa contratada) doar, emprestar, permutar, enfim, desenvolver qualquer operação de qualquer espécie envolvendo materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública do Município. Todos esses materiais pertencem ao Município e devem estar ao dispor do Município. Qualquer procedimento que configure inconformidade na relação com o material de propriedade do Município dará ensejo à devida indenização com as penalidades cabíveis.

#### 7.2 Movimentação dos Materiais:

7.2.1 Toda a movimentação de materiais será por conta e responsabilidade da empresa contratada. Para tanto, a empresa contratada deverá dispor de equipamentos e veículos apropriados para esta movimentação. Todos os materiais movimentados dentro do almoxarifado da empresa contratada, na retirada ou devolução de materiais de iluminação pública, deverão ser arranjados fisicamente de forma organizada pela mesma, podendo estes ser acompanhados de fiscalização do Município.

#### 7.3 Controle de Estoque dos Almoxarifados:

7.3.1 A empresa contratada deverá apresentar à Fiscalização de cada Município, em até 10 (dez) dias da assinatura do Contrato, a relação de estoque mínimo que deverá manter em seu almoxarifado, nunca inferior ao histórico de reparos executados no Município, entre 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento) mensais, incluindo todos os acessórios inerentes aos pontos de Iluminação Pública. Além das luminárias distribuídas por potência das respectivas lâmpadas, sempre com sistema de ignição e relés acoplados que deverão ser montados somente quando da respectiva instalação.

7.3.2 O controle dos materiais de Iluminação Pública será efetuado através de sistema informatizado, contemplando o estoque existente e as movimentações relativas às entradas e saídas de materiais.

7.3.3 A fim de manter controlado o fluxo de materiais no almoxarifado, a empresa contratada deverá dispor de equipamentos de informática, linha telefônica e funcionários habilitados e com dedicação exclusiva para operar o sistema de controle de estoque e movimentação de materiais de Iluminação Pública em seu poder.

7.3.4 Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização do Município às dependências da empresa contratada. A fiscalização do controle dos materiais de iluminação pública, nos locais de armazenagem, será feita pela Prefeitura por meio de seus servidores a serem indicados pelo Responsável pela Gestão do Contrato pela Administração Municipal.

#### 7.4 Informatização do Almoxarifado:

7.4.1 Visando o gerenciamento dos materiais no almoxarifado e a manutenção de uma base de informações de todo o estoque, será necessária a instalação de recursos computacionais nos almoxarifados da Contratada. Para isso, a Contratada deverá implantar softwares específicos que possibilite inclusive sua interação com o software de gestão e fiscalização estruturado no Call Center. A Contratada será a responsável pela alimentação de dados, operação e disponibilização do sistema para os municípios, mantendo-o sempre atualizado para fins de fiscalizações e controle.

#### 7.5 Triagem de Materiais e Destinação Final:

7.5.1 Todos os materiais retirados do sistema de iluminação pública serão transportados pela empresa contratada para o seu almoxarifado. A empresa contratada fará, às suas expensas, um pré-tratamento e acondicionamento dos mesmos. Esses materiais ficarão depositados em local apropriado, até que o Município





**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

indique a destinação final dos mesmos.

7.5.2 A triagem dos materiais será efetuada por mão de obra fornecida pela empresa contratada, sob orientação e fiscalização do Município.

7.5.3 As devoluções de materiais à Concessionária Local, quando for o caso, deverão ser acompanhadas da documentação legal pertinente, sendo que as guias de entrega deverão ser assinadas e carimbadas no seu verso por, no mínimo, um funcionário da Concessionária Local ou por pessoa por ela designada.

7.5.4 Os serviços de movimentação de carga, descarga, manuseio e transporte dos materiais entre o almoxarifado da empresa contratada, do Município e da Concessionária Local, observadas as datas e locais programados, serão de responsabilidade da empresa contratada.

7.5.5 Todo o material que puder ser reaproveitado deverá ser colocado sempre à disposição do Município, com relatório de quantitativos e classificação atualizados e esta o usará segundo seus critérios, vontade e interesse.

7.5.6 A empresa contratada jamais poderá utilizar os materiais salvados para recomposição em serviços de Manutenção, salvo condições onde houver autorização prévia pelo Setor competente do Município.

7.5.7 Toda a gestão de materiais que entrem e saírem do estoque deverão ser atualizados no software de gestão.

#### 7.6 Descarte de Materiais:

7.6.1 A empresa contratada deverá se responsabilizar pelo armazenamento, transporte e destinação final dos materiais contaminantes retirados da rede de Iluminação Pública de propriedade do Município. Estes materiais contaminantes, principalmente os de Classe I, deverão ter sua destinação final realizada de forma sustentável e ambientalmente correta, feita por empresa credenciada por órgão ambiental oficial.

7.6.2 Ao final do processo deverá ser emitido um certificado de destinação do lote de materiais processados em nome do respectivo Município.

7.6.3 O projeto de recolhimento, armazenamento e destinação final destes materiais deverá ser desenvolvido e supervisionado por profissional com qualificação técnica superior pertinente a esta atividade, com emissão do respectivo Laudo Técnico.

7.6.4 A empresa contratada deverá utilizar para todos os efeitos a política reversa para materiais contaminantes retirados dos sistemas de iluminação pública, desde que atenda o item 7.6.2 deste Edital.

#### 8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Os serviços a serem prestados abrangem atividades na área de manutenção do sistema de iluminação pública aérea ou subterrâneas, quando houver, dos Municípios participantes desta licitação consorciados ao CIDERSU.

8.2 Operação e Manutenção Plena do Sistema de Iluminação Pública com Garantia de Funcionamento do Sistema de Iluminação Pública:

8.3 Consiste na Garantia de funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, operação, manutenção das instalações, intervenções preventivas, corretivas, aplicação dos materiais com todos os serviços e reparos necessários.

8.4 Os Serviços de Manutenção preventiva e corretiva englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do Sistema de Iluminação Pública dos Municípios Consorciados do CIDERSU participantes desta licitação. Estes serviços podem ser descritos como:

8.5 A inspeção de rotina em todos os pontos de iluminação e a correção de não conformidades detectadas.

8.6 A revisão das conexões e do estado geral da unidade, cada vez que nela for realizada qualquer intervenção.

8.7 O pronto atendimento e a eficaz execução de serviços em caso de emergência dentro dos prazos previstos.

8.8 O atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas à noite ou acesas de dia, ou substituição de qualquer acessório que cause a inconformidade, com revisão no circuito dentro dos prazos previstos.

8.9 Triagem e recuperação dos materiais retirados da rede, seguindo instruções da Fiscalização, com descarte dos materiais nocivos ao meio ambiente.



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

8.10 A substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios com defeito, descritos a seguir, que estejam causando qualquer tipo de inconformidade no ponto de Iluminação Pública:

8.10.1 Lâmpadas queimadas e ou quebradas;

8.10.2 Relés fotoelétricos com defeito;

8.10.3 Chaves magnéticas com defeito;

8.10.4 Reatores com defeito;

8.10.5 Ignitores com defeito;

8.10.6 Tampas em postes para acesso aos fusíveis ausentes ou danificados;

8.10.7 Base para fusíveis e fusíveis com defeito;

8.10.8 Soquetes com defeitos;

8.10.9 Braços de luminárias em final de vida útil;

8.10.10 Luminárias ou projetores defeituosos ou em mau estado de conservação;

8.10.11 Rede de alimentação aérea ou subterrânea interrompida;

8.10.12 Fiação interna dos braços e postes;

8.10.13 Conectores.

8.10.14 Todos os serviços de manutenção deverão ser relatados às Prefeituras, sendo estes cadastrados em sistema informatizado destas. Os registros deverão estar ordenados por número de solicitação, devendo permanecer sob a guarda da contratada até o término do Contrato, ocasião em que deverão ser entregues à Prefeitura em meio magnético e em 3 (três) cópias. Sempre que a Prefeitura solicitar, a empresa contratada deverá disponibilizar todas as informações seja por transferência de dados, seja por relatório impresso.

9. Gestão e Gerenciamento:

9.1 Deverá a empresa contratada implantar um plano de Gerenciamento da Qualidade, sempre em busca de melhorias, redução de erros e diminuição de reclamações.

9.2 A empresa contratada, além de gerenciar o processo, deve gerenciar fornecedores de materiais, peças e acessórios para atendimento a qualquer tempo, bem como gerenciar subcontratadas desde que autorizado pelo Município sempre que for o caso.

9.3 A empresa contratada deve manter, no mínimo, 1 (um) Engenheiro Eletricista conhecedor de Sistemas de Iluminação Pública para diagnosticar, criar processos, levantar as necessidades do Município, identificar soluções e recomendar ações, no sentido de implantar e viabilizar melhorias de acordo com a necessidade específica.

9.4 O Município também manterá um profissional qualificado para ser o interlocutor com a contratada e sempre que se realizar qualquer tipo de reunião de trabalho entre as partes deverá haver a respectiva Ata de Reunião.

10. Serviços de Pronto Atendimento:

10.1 Caberá à empresa contratada executar os serviços de Pronto Atendimento ao Sistema de Iluminação Pública exigidos por situações de perigo pessoal ou material que devam ser atendidos de imediato, por recebimento de solicitação ou detectados, os quais deverão ser prestados durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, 7 (sete) dias por semana, ininterruptamente.

10.2 São exemplos de serviços de Pronto Atendimento: danos causados por abalroamentos, por impactos diversos, por fenômenos atmosféricos, incêndios, circuitos partidos por escavações, luminárias com refrator e/ou compartimento para equipamento abertos, entre outros, incluídos todos que de qualquer ou alguma forma possam constituir risco para a população ou para transeuntes.

10.3 Este Serviço de Pronto Atendimento também deverá estar apto a atender qualquer demanda de reparo solicitado pelo Município em qualquer horário e dia da semana.

10.4 Deverá a empresa contratada dispor de responsável destinado ao atendimento dos Serviços de Pronto Atendimento munido de canais de comunicação exclusivos ao atendimento (telefone fixo, telefone celular, rádio ou similares), de forma que jamais poderá alegar não receber o contato.

10.5 Deverá a empresa contratada encaminhar mensalmente ao Município, até às 12h do último dia útil do mês

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* ATUALIZAÇÃO \*\***

em vigor a escala do mês seguinte, de responsáveis pelo atendimento das solicitações de Pronto Atendimento. 10.6 Na ocorrência de situações onde a equipe de pronto atendimento não consiga eliminar a situação de risco, a equipe deverá sinalizar e isolar o local, e solicitar a equipe de manutenção apropriada. Caso seja solicitada, para um segundo chamado de pronto atendimento, esta equipe deverá deixar um funcionário de prontidão no local à espera da equipe apropriada.

10.7 Neste tipo de intervenção, a empresa contratada, além de se incumbir dos reparos solicitados, deverá colher todos dados necessários para que o Município possa acionar o causador do eventual acidente. Para tanto, deverá providenciar junto aos órgãos policiais competentes o correspondente Boletim de Ocorrência Policial. Esta providência também será tomada em casos de furtos de materiais que sejam constatados no decorrer dos seus serviços, se houver.

10.8 A empresa contratada para execução dos serviços deverá relatar à Prefeitura para que esta efetue o lançamento da solicitação de Pronto Atendimento no sistema informatizado de gestão em até 24 horas, além de enviar, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, o Boletim de Ocorrência Policial.

11 Cadastro e Atualização Permanente da Base de Dados do Sistema de Iluminação Pública do Município:

11.1 Os Serviços de Implantação, Atualização e Manutenção do Cadastro abrangem o levantamento em campo das características dos equipamentos e materiais de todo o Sistema de Iluminação Pública do Município, incluindo avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública nos Municípios da base territorial do CIDERSU e participantes desta licitação. O serviço de cadastro deverá ser implantado em até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço em Sistema Informatizado da prefeitura, que permita o gerenciamento via web do Parque de Iluminação Pública. Os dados a serem levantados e que farão parte do Cadastro do Sistema, deverão incluir:

11.1.1 Localização georreferenciada em base cartográfica, com coordenadas UTM;

11.1.2 Nome do logradouro/CEP;

11.1.3 Largura da via;

11.1.4 Característica do trecho (zona urbana residencial, comercial ou mista – zona rural – bairro mais afastado).

11.1.5 Tipo de rede: Aérea/Subterrânea;

11.1.6 Tipo de Transformador de IP: grupo, número de fases, potência e tensões etc.;

11.1.7 Forma de alimentação da rede;

11.1.8 Tipo de Comando (individual, grupo); Relé acoplado ou fixado no poste;

11.1.9 Condutores: singelo/duplex/triplex/quadriplex;

11.1.10 Tipos de Condutores por circuito;

11.1.11 Tipo e características da luminária; Reator acoplado ou fixado no poste;

11.1.12 Projeção do Braço/Tipo de Suporte;

11.1.13 Lâmpada: quantidade, tipo e potência;

11.1.14 Equipamento Auxiliar/Reator: características;

11.1.15 Interferência com árvores ou outros obstáculos;

11.1.16 Data, responsável pela atualização.

12. PODAS DE ÁRVORES QUE ESTIVEM OBSTACULARIZANDO A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA

12.1 Em algumas vias será necessário realizar podas de galhos de árvores que estiverem sob as luminárias e que estejam comprometendo a qualidade da iluminação ou sobre a rede elétrica colocando-a em risco. Estas podas deverão ser realizadas com a rede energizada e não deverão comprometer as estruturas das árvores.

12.2 As equipes que podarão as árvores deverão utilizar equipamentos de proteção e ferramentais necessários para a utilização deste fim. Deverão ser obedecidas as normas dos Órgãos Ambientais Municipais e toda a

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

legislação ambiental pertinente, bem como as normas regulamentadoras cabíveis do Ministério do Trabalho e Emprego, vigentes.

12.2.1 O operador de motosserra deverá possuir a referida certificação para operar o equipamento, devendo esta ser apresentada no ato da assinatura do contrato e mantida sob arquivo para fins de fiscalização.

13. Indicador de Desempenho da Manutenção:

**13.1 Acompanhamento e Avaliação dos Serviços:**

13.1.1 Definição dos critérios técnicos de acompanhamento e avaliação dos serviços contratados, de modo a permitir ao MUNICÍPIO verificar a qualidade do serviço e do gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública. Cada critério tem uma definição, um modo e uma periodicidade de cálculo definidos nos itens a seguir:

13.1.1.1 Critério da Qualidade do Serviço: esse critério comporta 3 (três) aspectos principais:

- a) A Qualidade da Manutenção;
- b) A Qualidade da Continuidade da Iluminação; e
- c) A Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação.

13.1.2 Qualidade da Manutenção: a avaliação da Qualidade da Manutenção tem como objetivo verificar se a limpeza e o atendimento aos pontos de iluminação estão sendo efetuados em concordância com o Contrato. Os pontos de controle serão relativos à limpeza do refletor ou da luminária, estado das luminárias em operação e o estado em que se encontra a lâmpada: acesa ou apagada.

13.1.3 A avaliação da Qualidade da Manutenção será realizada durante o dia por intermédio de inspeção em amostras escolhidas pela fiscalização do Município, em grupo(s) de pontos luminosos dispostos em sequência contínua dos pontos localizado(s) em bairros ou áreas definidos pelo MUNICÍPIO. Serão inspecionados 5% (cinco por cento) dos pontos dos bairros ou áreas escolhidas. A periodicidade das inspeções nas amostras será bimestral. Os resultados apurados na avaliação serão objeto de um relatório assinado pelas partes, onde serão registrados os números de luminárias sujas, de luminárias com defeitos e de lâmpadas acesas; dos pontos localizados em bairros ou áreas definidas pelo MUNICÍPIO. Serão inspecionados 5% (cinco por cento) dos pontos dos bairros ou áreas escolhidas. A periodicidade das inspeções nas amostras será bimestral. Os resultados apurados na avaliação serão objeto de um relatório assinado pelas partes, onde serão registrados os números de luminárias sujas, de luminárias com defeitos e de lâmpadas acesas.

13.1.4 As inspeções não deverão ser realizadas duas vezes consecutivas na mesma área, a menos que seja de repetição em área onde não ocorreu aprovação da manutenção, em todos os critérios, na vez anterior.

13.1.5 A Qualidade da Manutenção é medida de acordo com os seguintes Itens de Controle (máximo aceitável):

13.1.6 Número Máximo de Luminárias Sujas: 10% (dez por cento) do total da amostra.

13.1.7 Número Máximo de Luminárias Defeituosas: 5% (cinco por cento) do total da amostra.

13.1.8 Número Máximo de Lâmpadas Acesas Durante o Dia: 5% (cinco por cento) do total da amostra.

13.1.9 Qualidade da Continuidade da Iluminação: a avaliação da Qualidade da Continuidade da Iluminação tem como objetivo verificar se a substituição preventiva das lâmpadas está sendo efetuada conforme o previsto no Contrato;

13.1.9.1 A avaliação da Qualidade da Continuidade da Iluminação será realizada durante a noite, através de inspeção em amostras escolhidas pela fiscalização do MUNICÍPIO em conjunto(s) de pontos luminosos dispostos em sequência contínua, localizado(s) em bairros ou áreas definidas pelo MUNICÍPIO. Serão inspecionados 5% (cinco por cento) dos pontos dos bairros ou áreas escolhidas. A periodicidade das inspeções das amostras será bimestral. Os resultados apurados na avaliação serão objeto de um relatório assinado pelas duas partes, onde serão registrados os números pontos luminosos apagados a noite simultaneamente, com defeitos não causados por pane geral ou setorial, conforme este Projeto Básico;

13.1.9.2 As inspeções não deverão ser realizadas duas vezes consecutivas na mesma área, a menos que seja de repetição em área onde não ocorreu aprovação da manutenção, em todos os critérios, na vez anterior;

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

13.1.9.3 A Qualidade da Continuidade da Iluminação é medida de acordo com os seguintes Itens de Controle (máximo aceitável):

a) Pontos Apagados a Noite Simultaneamente: 5% (cinco por cento) do total da amostra.

13.1.9.4 Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação: a avaliação da qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação diz respeito aos prazos de intervenção em relação aos tipos de panes possíveis e são assim definidos:

13.1.9.5 Pane Geral ou Setorial: é a causada pela falta de energia por parte da Concessionária. Nesse caso a empresa contratada identifica o problema e, de imediato, aciona o Município para adotar as medidas cabíveis. Esse tipo de pane não tem prazo preestabelecido para correção por parte da empresa contratada, uma vez que independe da sua ação direta e sim da Concessionária.

13.1.9.6 Um ou Dois Pontos Luminosos em Pane num Logradouro: A empresa contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a recepção da chamada.

13.1.9.10 Três Pontos Luminosos ou Mais, Consecutivos, Simultaneamente com Defeito num Mesmo Logradouro: A empresa contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da chamada.

13.1.9.11 Um ou Dois Pontos Luminosos em Pane num Logradouro: A empresa contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a recepção da chamada.

13.1.9.12 A Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação é medida de acordo com os seguintes itens de Controle (Tipos de Pane):

a) TEMPO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÃO DE TRÊS PONTOS LUMINOSOS OU MAIS CONSECUTIVOS APAGADOS NUM MESMO LOGRADOURO: 80% (oitenta por cento) das reclamações em até 24 (vinte e quatro) horas no primeiro ano e 90% (noventa por cento) nos anos subsequentes.

b) TEMPO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÃO DE UM OU DOIS PONTOS LUMINOSOS APAGADO NUM LOGRADOURO: 80% (oitenta por cento) das reclamações em até 72 (setenta e duas) horas no primeiro ano, e 90% (noventa por cento) nos anos subsequentes.

13.1.9.13 Em quaisquer dos casos estabelecidos no item 8 e seus subitens, se o conserto necessitar de uma intervenção de manutenção pesada, a empresa contratada deverá informar, no final dos prazos para conserto estabelecidos naqueles subitens, à fiscalização do Município e apresentar-lhe a programação da correspondente correção.

13.1.9.14 Nas avaliações alusivas ao item e seus subitens, serão excluídas, para efeito dos itens de controle, as constatações de problemas causados por abaloamento de postes, situações decorrentes de serviços em curso, que estejam sendo executados pela empresa contratada, além dos decorrentes dos motivos de força maior discriminados neste Projeto Básico.

#### 14. PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE:

14.1 Sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis, poderão ser aplicadas à empresa contratada multas por violação dos Índices de Qualidade, após um período mínimo de 90 (noventa) dias do início do gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública no Município.

#### 15. - NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS:

15.1 Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas regulamentadoras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho e Emprego, estarem certificados de acordo com os regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e, em conformidade com as normas e procedimentos e o Termo de Transferência e Acordo Operativo do Sistema de Iluminação Pública da Concessionária Local (Anexo XI).

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

15.2 A recomposição dos passeios ou logradouros públicos necessários em função dos trabalhos executados pela empresa contratada será de sua exclusiva responsabilidade, seguindo as normas utilizadas pelo setor competente do Município, inclusive quanto a horário de trabalho e interrupções no trânsito.

15.3 Quando da manutenção em qualquer unidade com poste metálico, a existência do aterramento deve ser verificada, corrigindo ou executando novo aterramento.

15.4 Todo e qualquer trabalho ou serviço em que se faça necessário o aterramento este deverá ser feito, impreterivelmente.

15.5 Se houver o descumprimento deste item de forma parcial ou total ficará a contratada sujeita às penalidades cabíveis tanto pelas cláusulas contratuais quanto pela Concessionária Local, bem como pelo Município, se assim couber.

**16 RECURSOS MÍNIMOS DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS:****16.1 Equipes para Execução dos Serviços de Manutenção do Sistema de Iluminação Pública:**

**166.1.1** A composição de cada equipe e características de equipamentos a serem empregados pela empresa contratada serão, no mínimo, os seguintes:

| VEÍCULO   | QUANT. | EQUIPE  | OBSERVAÇÃO                 |
|---|--------|---|----------------------------|
| <b>'Pick Up' com Escada Metropolitana</b>             | 1      | 2 Eletricistas                                  | Motorista incluso          |
| <b>Cesta Simples</b>                                  | 1      | 2 Eletricistas                                  | Motorista/Operador incluso |
| <b>Cesta Dupla</b>                                    | 1      | 1 Encarregado e<br>2 Eletricistas               | Motorista/Operador incluso |
| <b>Caminhão com Extensor Munck para Redes e Podas</b> | 1      | 1 Encarregado, 2<br>Eletricistas e 2 ajudantes. | Motorista/Operador incluso |

**16.1.2** Em caso de alteração na legislação pertinente a composição das equipes de que trata este item, a contratada se compromete a proceder às adequações necessárias.

**16.1.3** A composição indicada acima é a mínima exigida, não eximindo a contratada de proceder as adequações necessárias conforme as características locais dos sistemas de iluminação pública.

**17. FERRAMENTAS DE USO PARA AS EQUIPES DE CAMPO, EPI e EPC:**

**17.1** Deverão ser disponibilizadas todas as ferramentas e equipamentos, inclusive EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), necessárias e utilizadas para serviços de Manutenção da Iluminação Pública dos Municípios consorciados ao CIDERSU participantes desta licitação.

**17.2** Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de ferramentas.

**17.2.1** A falta de ferramental adequado sujeitará a empresa contratada às penalidades contratuais, inclusive pecuniárias.



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

**18. PESSOAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**18.1** A empresa contratada deverá disponibilizar todo o pessoal necessário, em todos os níveis profissionais inerentes à perfeita execução dos serviços dentro das normas vigentes, necessárias e utilizadas para serviços de Manutenção de Iluminação Pública e Redes Elétricas Aéreas e Subterrâneas, de acordo com o Parque Luminotécnico do Município e os quantitativos previstos no Edital e seus anexos.

**18.2** Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de pessoal técnico qualificado.

**18.3** A falta de pessoal adequado sujeitará a empresa contratada às penalidades contratuais, inclusive pecuniárias.

**19. DEMAIS INFORMAÇÕES:**

**19.1** - Os serviços de manutenção no sistema de iluminação pública dos Municípios Consorciados ao CIDERSU participantes desta licitação, com a garantia de funcionamento do sistema, são de total responsabilidade da empresa a ser contratada.

**19.2** A contratação será firmada por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos prazos e condições estabelecidos no art. 106 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.3** O CIDERSU apresenta a tabela com os custos unitários máximos estimados, de acordo com a planilha contida neste edital.

**19.4** Para todo o serviço executado, o município contratante adotará os valores unitários explicitados na proposta vencedora do certame para cada item, sendo estes os valores que serão contidos nas respectivas ordens de fornecimento.

**20. INVENTÁRIO:**

**20.1** A empresa deverá possuir aptidão técnica compatível com o ramo de atividade proposto, possuir qualificação financeira e técnica, além de estar devidamente regular perante as fazendas públicas, conforme exigências contidas no edital do presente certame

**21. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

Os Valores foram alcançados através de pesquisa direta de preços junto a possíveis fornecedores, conforme determina o artigo 23, § 1º, inciso IV da Lei 14.133/2021.

**22. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**22.1** A contratação a que se pretende realizar tem como escopo a manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários à concreto betuminoso usinado a quente CBUQ e aquisição de emulsão asfáltica catiônica para serem utilizados pelos municípios na manutenção das ruas, nos termos da legislação de regência, conforme as especificações contidas no termo de referência para atendimento dos municípios que compõem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – CIDERSU.

**22.2** Neste sentido, o CIDERSU realiza licitação para a aquisição destes produtos para manutenção das vias de pavimentação asfáltica dos municípios com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

**23– ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

**23.1** As quantidades estimadas foram levantadas com base nas informações encaminhadas pelos municípios consorciados à Diretoria Executiva do Cidersu.

**24– ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**24.1** O valor máximo estimado para a contratação será de R\$ 7.242.134,32 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos).

**28. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

28.1 Esta contratação deverá ser parcelada, por item, com vistas ao aumento da competitividade e consequente apresentação de melhores e mais vantajosas propostas.

28.1 A opção por item para o julgamento das propostas, justifica-se pelo fato de que se tratando dos produtos a serem adquiridos possam vir a ser fornecidos por diferentes licitantes, permitindo a ampliação da disputa entre as licitantes interessadas.

29 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO:

29.1 A contratação que se pretende contratar está alinhada aos princípios do planejamento e da legalidade, estando em conformidade com a LOA, LDO e PPA e com o Plano Anual de Contratações de cada município consorciado ao Cidersu.

30. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

30.1 Cabe ao município consorciado, indispensavelmente, indicar gestores e fiscais de contrato capacitados, ou, se necessário, realizar capacitação de servidores, para que esta contratação possa ser devidamente gerenciada e fiscalizada.

30.2 Cabe à gestão e fiscalização realizar as diligências para a perfeita execução contratual. Sugere-se realização na modalidade pregão e procedimento auxiliar de registro de preços.

31. VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

31.1 Resta evidenciado que, em face do exposto, a contratação que se pretende realizar apresenta condições favoráveis.

Conclui-se, portanto, pela viabilidade da contratação.

Carvalhópolis, data da assinatura eletrônica.

Maria Teodora Matias de Andrade  
Diretora Executiva  
Cidersu



**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\*****ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 020/2024****REGISTRO DE PREÇOS**

|                     |          |
|---------------------|----------|
| Empresa:            |          |
| CNPJ:               |          |
| Endereço:           |          |
| Cidade:             | UF: CEP: |
| Telefone:           | Fax:     |
| E-mail:             |          |
| Sócio Proprietário: |          |
| CPF:                | RG:      |

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S<sup>a</sup>, nossa proposta de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção dos ativos de iluminação pública, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos parques luminotécnicos dos municípios que compõem o cidersu, englobando as zonas urbanas, áreas urbanas especiais, zonas rurais e distritos, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, obedecendo às normas técnicas pertinentes, aos critérios e parâmetros técnicos de qualidade.

| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>               |                     |                   |                             |                                   |
|---|---------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| <b>Tipo de Lâmpada</b>                          | <b>Potência (W)</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Valor Unitário (R\$)</b> | <b>Valor Total Estimado (R\$)</b> |
| Manutenção Preventiva e Corretiva de Iluminação |                     | 18.366            |                             |                                   |
| LED   | 30                  | 5                 |                             |                                   |
| LED   | 40                  | 6                 |                             |                                   |
| LED   | 42                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 44                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 50                  | 2.794             |                             |                                   |
| LED   | 52                  | 279               |                             |                                   |
| LED   | 56                  | 437               |                             |                                   |
| LED   | 58                  | 711               |                             |                                   |
| LED   | 60                  | 727               |                             |                                   |
| LED   | 70                  | 148               |                             |                                   |
| LED   | 80                  | 1.281             |                             |                                   |
| LED   | 90                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 96                  | 179               |                             |                                   |
| LED   | 100                 | 2.005             |                             |                                   |
| LED   | 110                 | 2                 |                             |                                   |
| LED   | 112                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 113                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 114                 | 9                 |                             |                                   |
| LED   | 116                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 118                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 140                 | 1.073             |                             |                                   |
| LED   | 150                 | 1.087             |                             |                                   |

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável

**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

|                          |      |        |  |  |
|--------------------------|------|--------|--|--|
| LED                      | 170  | 1      |  |  |
| LED                      | 180  | 238    |  |  |
| LED                      | 200  | 41     |  |  |
| LED                      | 230  | 111    |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 80   | 197    |  |  |
| Reator Vapor de Mercurio | 80   | 197    |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 125  | 1.461  |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 125  | 1.461  |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 250  | 70     |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 250  | 70     |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 400  | 46     |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 400  | 46     |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 70   | 620    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 70   | 620    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 100  | 1.745  |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 100  | 1.745  |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 150  | 531    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 150  | 531    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 250  | 177    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 250  | 177    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 350  | 3      |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 350  | 3      |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor Metálico    | 70   | 2      |  |  |
| RELÉ                     | 1,20 | 14.994 |  |  |

COLOCAR O VALOR TOTAL POR EXTENSO.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

TOTAL GERAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_

Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

- O preço compreende todos os custos necessários ao fornecimento dos produtos ofertados, objeto deste certame, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias a sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.
- **Prazo de entrega:** Conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência ;
- **Prazo de Pagamento:** Conforme estabelecido no Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;
- Declaramos estar de pleno acordo com todos os termos da Minuta de Termo de Contrato e seu(s) anexo(s) disponibilizada no portal de compras e e-mail.
- Declaramos, ainda, que estamos em condições de atender todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proponente



**CIDERSU**

Consórcio Intermunicipal para o  
Desenvolvimento Regional Sustentável

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro – Carvalhópolis –  
MGCEP 37.760-000 – Telefone: (35) 35 3775-0242 ou 9 9723-3438  
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

**CIDERSU**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Responsável  
**\*\* AUTUAÇÃO \*\***

**ANEXO III**

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL –  
CIDERSU

At. – Sr. Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº.

\_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefone

\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
- b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- c) as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) não incurso nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proponente

**ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º (...)/2025

Pelo presente instrumento, o CIDERSU - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ sob o Nº 21.466.597/0001-34, com edifício-sede na Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146, Centro, Município de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente, ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo seu Presidente, o Senhor Gabriel Pereira de Moraes Filho, Prefeito do Município de Paraguaçu/MG, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º, CPF n.º, representando os órgãos consorciados doravante denominados, ÓRGÃOS PARTICIPANTES, sendo os Municípios de Carvalhópolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, com sua sede à Rua João Norberto de Lima nº 222, centro, CEP 37.760-000; Machado, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.242.784/0001-20, com sede administrativa na Praça Olegário Maciel, 25, centro, Machado, MG, CEP: 37.750-000, Paraguaçu, CNPJ nº. 18.008.193/0001-92 com sede administrativa na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220, centro, CEP 37120-000, Paraguaçu – MG; Elói Mendes, CNPJ nº. 20.347.225/0001-26, Rua Cel. Antônio P. Mendes, nº. 225, Centro, CEP 37.110-000 Elói Mendes – MG; São João da Mata, CNPJ: 17.935.206/0001-06, Rua Maria José de Paiva – 546, centro, CEP: 37.568-000, São João da Mata – MG; Poço Fundo, CNPJ nº 1.242.792/0001-76, com sede administrativa na Praça Tancredo neves, 3000, centro, CEP 37.757-000, Poço Fundo-MG; Serrania, CNPJ nº 18.243.261/0001-06, com sede na Rua Farmacêutico João de Paula, 210, centro, CEP 37.136-000, Serrania-MG; Silvianópolis, CNPJ nº. 18.675.942/0001-35, com sede administrativa na Avenida Dr. José Magalhães Carneiro, nº. 33, centro, CEP: 37560-000, Silvianópolis-MG; Cordislândia, CNPJ nº 18.712.166/0001-04, com sede na Praça Coração de Jesus, S/Nº, centro, CEP 37.498-000, Cordislândia – MG; Fama, CNPJ nº 18.243.253/0001-51, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, centro, CEP 37.138-000, Fama – MG; Monsenhor Paulo, CNPJ nº .22.541.874/0001-99, com sede na Praça Coronel Flávio, nº 204, centro, CEP 37.405-000, Monsenhor Paulo – MG; São Gonçalo do Sapucaí, CNPJ nº18.712.158/0001-50, com sede na Praça Alberto Rocha, nº 100, centro, CEP 37.490-000, São Gonçalo do Sapucaí – MG; Alterosa, CNPJ nº 18.243.238/0001-03, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 310, centro, CEP 37.145-000, Alterosa – MG; Campanha, CNPJ Nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, nº 59, centro, CEP 37.400-000, Campanha-MG, nos termos da Lei n. 14.133/2021, observadas, ainda, as disposições do Edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024, do tipo menor preço, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no pregão, resolve registrar os preços da empresa abaixo citada, de acordo com o lote disputado e a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro, mediante as condições a seguir pactuadas:

**FORNECEDOR:**

....., com sede na ....., em  
....., inscrita no  
CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representada por seu .....,  
Sr(a). ....., residente  
em ....., portador da Carteira de Identidade  
n.º....., CPF n.º ;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção dos ativos de iluminação pública, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos parques luminotécnicos dos municípios que compõem o cidersu, englobando as zonas urbanas, áreas urbanas especiais, zonas rurais e distritos, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, obedecendo às normas técnicas pertinentes, aos critérios e parâmetros técnicos de qualidade

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

#### Colar proposta reformulada com os preços unitários contidos na proposta vencedora

| Lâmpadas, Reatores e Relés                      |              |            |                      |                            |
|---|--------------|------------|----------------------|----------------------------|
| Tipo de Lâmpada                                 | Potência (W) | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
| Manutenção Preventiva e Corretiva de Iluminação |              | 18.366     |                      |                            |
| LED   | 30           | 5          |                      |                            |
| LED   | 40           | 6          |                      |                            |
| LED   | 42           | 1          |                      |                            |
| LED   | 44           | 1          |                      |                            |
| LED   | 50           | 2.794      |                      |                            |
| LED   | 52           | 279        |                      |                            |
| LED   | 56           | 437        |                      |                            |
| LED   | 58           | 711        |                      |                            |
| LED   | 60           | 727        |                      |                            |
| LED   | 70           | 148        |                      |                            |
| LED   | 80           | 1.281      |                      |                            |
| LED   | 90           | 1          |                      |                            |
| LED   | 96           | 179        |                      |                            |
| LED   | 100          | 2.005      |                      |                            |
| LED   | 110          | 2          |                      |                            |
| LED   | 112          | 1          |                      |                            |
| LED   | 113          | 1          |                      |                            |
| LED   | 114          | 9          |                      |                            |
| LED   | 116          | 1          |                      |                            |
| LED   | 118          | 1          |                      |                            |
| LED   | 140          | 1.073      |                      |                            |
| LED   | 150          | 1.087      |                      |                            |
| LED   | 170          | 1          |                      |                            |
| LED   | 180          | 238        |                      |                            |
| LED   | 200          | 41         |                      |                            |
| LED   | 230          | 111        |                      |                            |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)                          | 80           | 197        |                      |                            |
| Reator Vapor de Mercurio                        | 80           | 197        |                      |                            |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)                          | 125          | 1.461      |                      |                            |
| Reator Vapor de Mercúrio                        | 125          | 1.461      |                      |                            |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)                          | 250          | 70         |                      |                            |
| Reator Vapor de Mercúrio                        | 250          | 70         |                      |                            |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)                          | 400          | 46         |                      |                            |

|                          |      |        |  |  |
|--------------------------|------|--------|--|--|
| Reator Vapor de Mercúrio | 400  | 46     |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 70   | 620    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 70   | 620    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 100  | 1.745  |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 100  | 1.745  |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 150  | 531    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 150  | 531    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 250  | 177    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 250  | 177    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 350  | 3      |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 350  | 3      |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor Metálico    | 70   | 2      |  |  |
| RELÉ                     | 1,20 | 14.994 |  |  |

**CLÁSULA TERCEIRA - VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, sendo este critério avaliado por cada município consorciado.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro de cada município consorciado.

3.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por cada município consorciado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita por cada município consorciado.

3.10. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado ao Cidersu ou Município Contratante Consorciado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município consorciado, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o município consorciado a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 3.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada, não apenas pelos municípios consorciados ao Cidersu, mas também por qualquer outro órgão da Administração Pública que manifestar interesse junto ao Cidersu.
- 3.14.1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata - Cidersu, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 3.14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 3.14.3. As contratações de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens deste instrumento, não podendo exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
- 4.3 Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:
- 4.3.1 - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
- 4.3.2 repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos

#### CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município consorciado convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 5.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 5.3. Na hipótese prevista no item anterior, o município consorciado convocará os licitantes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.
- 5.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o município consorciado procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao município consorciado a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município consorciado e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o município consorciado convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o município consorciado procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o município consorciado atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

#### CLÁUSULA SEXTA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo município consorciado, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Cidersu ou Município Contratante Consorciado sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o município consorciado, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do município consorciado, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o município consorciado poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

6.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo município consorciado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

7.2. É da competência do município consorciado a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:



- 8.1.1. Vinculam-se a esta Ata os termos do EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 016/2024 e seus anexos, bem como as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores.
- 8.1.2. É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização do município consorciado.
- 8.1.3. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a Ordem de Serviços equivalente caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas na legislação vigente. Neste caso, a critério do município consorciado, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata; ou promover nova licitação.
- 8.1.4. O edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.
- 8.1.5. Esta Ata de Registro de Preços é regida Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
- 8.1.6. Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do disposto na Lei 14.133/2021.
- 8.1.7. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de execução do objeto licitado ocorra após seu vencimento.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. As partes elegem o foro da Comarca de Machado/MG para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

Para firmeza e validade do pactuado, e por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma).

Local e data

Assinaturas

**ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

**CONTRATO Nº ( )/2024**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
\_\_\_\_\_ E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA  
\_\_\_\_\_**

Aos dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_ 2024, O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ com sede na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Estado de Minas Gerais, neste ato simplesmente denominado “MUNICÍPIO”, representado pelo senhor Prefeito, Sr. \_\_\_\_\_/MG, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo senhor \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação nº 020/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preço nº 09/2024, do tipo menor preço por lote e em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, e demais legislação aplicável, observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em manutenção dos ativos de iluminação pública, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos parques luminotécnicos dos municípios que compõem o cidersu, englobando as zonas urbanas, áreas urbanas especiais, zonas rurais e distritos, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, obedecendo às normas técnicas pertinentes, aos critérios e parâmetros técnicos de qualidade.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação será prorrogável, na forma do artigo 106 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o Município Contratante, permitida a negociação com o contratado.

2.2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. Condições de entrega:

- a) Os bens ou serviços serão entregues em parcelas, conforme necessidade do Município Consorciado, dentro do prazo constante da Ordem de Fornecimento emitida;
- b) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- c) Os bens ou serviços deverão ser entregues nos endereços indicados nas Ordens de Fornecimento emitidas pelo Município Contratante.
- d) No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.2 A fiscalização e gestão do fornecimento serão de responsabilidade do Município contratante, por intermédio dos gestores e fiscais previamente designados.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor do contrato deverá observar o valor unitário de cada item da proposta vencedora, conforme abaixo discriminado:

| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>               |                     |                   |                             |                                   |
|---|---------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| <b>Tipo de Lâmpada</b>                          | <b>Potência (W)</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Valor Unitário (R\$)</b> | <b>Valor Total Estimado (R\$)</b> |
| Manutenção Preventiva e Corretiva de Iluminação |                     | 18.366            |                             |                                   |
| LED   | 30                  | 5                 |                             |                                   |
| LED   | 40                  | 6                 |                             |                                   |
| LED   | 42                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 44                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 50                  | 2.794             |                             |                                   |
| LED   | 52                  | 279               |                             |                                   |
| LED   | 56                  | 437               |                             |                                   |
| LED   | 58                  | 711               |                             |                                   |
| LED   | 60                  | 727               |                             |                                   |
| LED   | 70                  | 148               |                             |                                   |
| LED   | 80                  | 1.281             |                             |                                   |
| LED   | 90                  | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 96                  | 179               |                             |                                   |
| LED   | 100                 | 2.005             |                             |                                   |
| LED   | 110                 | 2                 |                             |                                   |
| LED   | 112                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 113                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 114                 | 9                 |                             |                                   |
| LED   | 116                 | 1                 |                             |                                   |
| LED   | 118                 | 1                 |                             |                                   |

|                          |      |        |  |  |
|--------------------------|------|--------|--|--|
| LED                      | 140  | 1.073  |  |  |
| LED                      | 150  | 1.087  |  |  |
| LED                      | 170  | 1      |  |  |
| LED                      | 180  | 238    |  |  |
| LED                      | 200  | 41     |  |  |
| LED                      | 230  | 111    |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 80   | 197    |  |  |
| Reator Vapor de Mercurio | 80   | 197    |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 125  | 1.461  |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 125  | 1.461  |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 250  | 70     |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 250  | 70     |  |  |
| VME(VAPOR DE MERCÚRIO)   | 400  | 46     |  |  |
| Reator Vapor de Mercúrio | 400  | 46     |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 70   | 620    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 70   | 620    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 100  | 1.745  |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 100  | 1.745  |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 150  | 531    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 150  | 531    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 250  | 177    |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 250  | 177    |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 350  | 3      |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 350  | 3      |  |  |
| VSO(VAPOR DE SÓDIO)      | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor de Sódio    | 400  | 39     |  |  |
| Reator Vapor Metálico    | 70   | 2      |  |  |
| RELÉ                     | 1,20 | 14.994 |  |  |

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Contratada, em até 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa, sendo observada a ordem cronológica e obedecendo ao disposto no artigo 141 e seguintes da Lei 14.133/2021, desde que o serviço solicitado tenha sido efetivamente entregue e tenha sido inspecionado e aceito por servidor responsável, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor designado pelo Município Contratante.

6.1.1. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

6.1.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

6.1.3. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

6.2. Sobre o valor devido à contratada, o Cidersu ou Município Contratante Consorciado efetuará as retenções tributárias cabíveis.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante,

do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Além daquelas obrigações contidas no edital e seus anexos, são obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão jurídico do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9 O Cidersu ou Município Contratante Consorciado terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12 O Cidersu ou Município Contratante Consorciado não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Cidersu ou Município Contratante Consorciado ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.
- 9.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de

aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 O prazo de garantia será em conformidade com o estabelecido pelo fabricante, sem prejuízo ao disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do Cidersu ou Município Contratante Consorciado pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

10.3 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

10.4 O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

10.5 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Cidersu ou Município Contratante Consorciado ou
- c) ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

#### **d) MULTA:**

I. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Município Contratante a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com o município contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe



oferece vantagem.

12.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3 Indenizações e multas.

12.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município Contratante deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,

dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste contrato, elegem as partes o foro da Comarca do Município Contratante, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, mandaram imprimir o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO VI  
DA SEGURANÇA, TREINAMENTO, SAÚDE E BEM ESTAR**

**1. OBJETO**

**1.1.** Este anexo discrimina o objeto de contratação de serviços sob o aspecto da segurança do trabalho, treinamento, saúde e bem-estar, em função das exigências da legislação em vigor, normas técnicas e internas da CONTRATANTE.

**2. SAÚDE E BEM-ESTAR**

**2.1.** Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas deverão ser submetidos a exame de saúde compatível com as suas atividades, conforme a NR 7, e seu prontuário médico, bem como o PCMSO, poderá ser objeto de fiscalização por parte da CONTRATANTE.

**2.2.** A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do adicional de insalubridade para os empregados expostos a agentes agressivos acima dos limites de tolerância e não neutralizados, conforme previsto na NR 15, bem como o pagamento de adicionais de periculosidade para empregados em condições de atividades e operações perigosas, conforme previsto na legislação vigente.

**2.3.** A CONTRATADA deverá apresentar Laudo Técnico, por função, em atendimento às NR's 15 e 16 - Portaria 3214/78 e Instrução Normativa nº 118 de 14/04/2005 do MPAS. Os laudos deverão ser anexados no PPRA ou comporem o "Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT".

**2.4.** Caso a CONTRATADA esteja classificada nas atividades descritas no grupo CNAE 45, deverá:

- a) Elaborar o PCMAT obedecendo aos critérios estabelecidos na NR 18;
- b) Observar a NR 24 quanto às instalações sanitárias, vestiários, alojamento, local de refeições, área de lazer, lavanderia, ambulatório, além do previsto na NR 18, item 18.4;
- c) Atender o disposto nas NR 5 no tocante à constituição de CIPA.

**NOTA:** Contratadas com CNAE diferente do citado acima deverão apresentar o PPRA.

**2.5.** A CONTRATADA deverá possuir um profissional de Serviço Social, próprio ou terceirizado, o qual deverá implementar e acompanhar, dentre outras ações relativas à saúde, segurança e bem-estar do trabalhador, as ações abaixo relacionadas:

- a) Legislação Previdenciária: CAT, readaptação profissional, auxílio doença e outros benefícios;
- b) Assistência Médica: firmar convênios para viabilização de atendimento médico hospitalar;
- c) Treinamentos: palestras educativas sobre variáveis sociais que afetam a segurança e a saúde do trabalhador;
- d) Dependência Química: orientações sobre prevenção e tratamento;
- e) Planejamento Financeiro: Ministras palestras e cursos sobre o tema;
- f) Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS: Prestar orientações, por meio de palestras e cursos.
- g) Planejamento Familiar: Ministras palestras e cursos sobre o tema de forma a preparar os empregados da empresa CONTRATADA e seus familiares;

**h)** Acompanhamento e assistência aos acidentados do trabalho.

**2.6.** A CONTRATADA deverá providenciar os exames admissionais de seus empregados, atendendo o disposto na NR 7.

**2.6.1.** Deverá ainda ser providenciado para os empregados expostos a risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10, os exames complementares e a avaliação psicológica conforme abaixo, mantendo-os arquivados nos termos da NR 7:

**2.6.1.1.** Exames Complementares:

**a)** Eletrocardiograma;

**b)** Eletroencefalograma;

**c)** Exame parasitológico de fezes;

**d)** Glicemia de jejum;

**e)** Hemograma;

**f)** Reação de Machado Guerreiro (ou hemaglutinação e imunofluorescência, quando não houver disponibilidade do RMG);

**g)** VDRL;

**h)** Avaliação visual (ortho-rater ou tabela de Snellen se necessário fazer avaliação com oftalmologista);

**i)** Exames relacionados aos riscos específicos da função proposta, exposições prévias a riscos ambientais, historia pregressa e quadro clínico atual, se necessário.

**2.6.1.2.** Avaliação Psicológica:

**a)** Teste Palográfico;

**b)** Teste de atenção (BFM1/2);

**c)** Funções Mentais (BPR5 A/B).

**NOTA:** Todos os exames realizados na admissão dos empregados, expostos a risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10, deverão ser repetidos quando do exame demissional.

**2.7.** A CONTRATADA deverá providenciar os exames periódicos nos termos da NR 7. Para os empregados expostos a risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10, os exames periódicos deverão ser realizados anualmente.

**2.7.1.** Para empregados expostos a risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10, com idade superior a 40 (quarenta) anos deverão ser realizados, durante os exames periódicos, os exames de eletrocardiograma, glicemia em jejum, exame parasitológico e de pesquisa de sangue oculto nas fezes.

**2.7.2.** Para empregados com doenças crônicas deverão ser realizados exames periódicos anuais de hipertensão arterial, diabetes, obesidade.

**2.7.3.** Os prontuários dos empregados deverão conter a avaliação clínica e os exames complementares,

ocupacionais ou não, para detecção precoce dos agravos à saúde dos empregados.

**2.8.** A CONTRATADA deverá considerar inapto para o exercício da atividade de risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10, o empregado com obesidade grave apresentando IMC (Índice de Massa Corporal) acima de 35 (trinta e cinco), devendo à Empresa buscar, por meio de programas de qualidade de vida, colaborar para a reversão deste quadro.

### **3. QUALIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO**

**3.1.** Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá fornecer:

- a) Cópias autenticadas ou dos certificados de qualificação e dos documentos de habilitação de seus engenheiros e técnicos;
- b) Atestados de capacitação técnica de seus Instaladores/Montadores;
- c) Descrição da abrangência da autorização de cada trabalhador que direta ou indiretamente interaja em instalações elétricas e serviços com eletricidade ou nas suas proximidades.
- d) Autorização do engenheiro responsável técnico à capacitação e autorização dos trabalhadores expostos a risco elétrico e riscos adicionais nos termos da NR 10.
- e) Autorização do engenheiro responsável técnico à capacitação e autorização dos trabalhadores para trabalhos em espaços confinados se houver.

**3.2.** O atestado de capacitação, emitido pela CONTRATADA, bem como os documentos de autorização, previstos na NR 10 e NR 33, deverão ser assinados pelo engenheiro responsável técnico - RT.

**3.2.1.** Os demais treinamentos exigidos em contrato para o exercício de funções que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade ou nas suas proximidades, também deverão ter seus certificados assinados pelo engenheiro responsável técnico.

**3.3.** Os documentos de capacitação e abrangência de autorização dos empregados que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade ou nas suas proximidades, nos termos da NR 10, deverão estar no escritório da CONTRATADA para apresentação à CONTRATANTE, em qualquer tempo, sempre que esta solicitar.

**3.4.** Todo empregado da CONTRATADA deverá portar crachá de identificação, contendo:

- a) Nome completo;
- b) Foto 3 por 4;
- c) Número do CPF;
- d) Nome da empresa;
- e) Função;
- f) Número da carteira de habilitação;
- g) Assinatura do responsável técnico;
- h) Número do registro no CREA do responsável técnico;

i) Data de validade.

j) Descrição da abrangência da autorização de cada trabalhador que direta ou indiretamente interaja em instalações elétricas e serviços com eletricidade ou nas suas proximidades, de acordo com “Tabela de Identificação do Nível de Abrangência da Autorização” constante da Instrução SESMT - Autorização Formal para fins de Cumprimento da NR10.

**NOTA 1:** Deverá constar ser motorista possui habilitação para operação de equipamentos guindautos.

**NOTA 2:** Deverá constar se o profissional possui habilitação para operador de motosserra.

**3.5.** Ocorrendo qualquer alteração pela CONTRATADA em seu quadro de empregados, que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade, nos termos da NR 10, será obrigatória, anteriormente ao início de suas atividades, a comprovação da qualificação, habilitação, capacitação e a autorização conforme já descritas no teor deste contrato.

#### **4. TREINAMENTO**

**4.1.** Após a assinatura do contrato e anteriormente ao início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar cópias autenticadas dos certificados de treinamentos de seus empregados, de acordo com as atividades a serem exercidas pelo profissional.

#### **4.2. CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – NR-10:**

a) PÚBLICO ALVO: Todos os empregados que executam atividades no SEP ou nas suas proximidades.

b) CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas.

c) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Anexo: II da norma NR-10.

#### **4.3. CURSO COMPLEMENTAR DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – NR-10 SEP:**

a) PÚBLICO ALVO: Todos os empregados que executam atividades no SEP e nas suas proximidades.

b) CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas.

c) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Anexo II da norma

**NOTA:** É pré-requisito para frequentar este curso complementar ter participado do curso básico, definido anteriormente, com aproveitamento mínimo de 70%.

#### **4.4. INSTRUÇÃO FORMAL PARA TRABALHADORES COM ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS DIRETAMENTE ÀS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:**

a) PÚBLICO ALVO: Trabalhadores com atividades não relacionadas diretamente às instalações elétricas, porém desenvolvidas em zona livre e na vizinhança da zona controlada, nos termos da NR 10.

b) CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas.

c) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Introdução à Segurança: Filosofia Prevencionista;

- Riscos em instalações com eletricidade: o choque elétrico, mecanismos e efeitos; arcos elétricos, queimaduras e quedas; e campos eletromagnéticos, incluindo restrições relativas ao uso de aparelhos elétricos de controle vital, como marca-passos, por exemplo.
- Identificação, Avaliação e Medidas de Controle de Riscos elétricos e adicionais relativos às instalações locais;
- Apresentação, *in loco*, das zonas livres, controlada e de Risco das instalações locais, incluindo: sinalização e isolamento de áreas de trabalho;
- Delimitação de área: restrições de trânsito de pessoas e veículos, transporte e manuseio de materiais e equipamentos; ênfase na proibição da entrada dos trabalhadores nas zonas controladas e de risco.
- Equipamentos de Proteção Coletiva das instalações elétricas locais;
- Vestimentas e Equipamentos de Proteção Individual compatível com as instalações elétricas locais;
- Apresentação dos procedimentos de emergência da instalação local;
- Procedimentos para comunicação de não conformidades;
- Apresentação da linguagem técnica formal e informal utilizada pelos profissionais de eletricidade na instalação local.

**NOTA:** Utilizar recursos didáticos que garantam o aprendizado, tal como, por exemplo, o feedback. Para este treinamento, os certificados poderão ser substituídos por listas de presença, contendo o seguinte: Local da Instalação, Data, Instrutor, Carga Horária, Empresa Contratada, Nome do Treinando, Função e Campo para Assinatura.

#### **4.5. CURSO PARA ENCARREGADO DE TURMA:**

**a) PÚBLICO ALVO:** Profissionais que exercem a função de Instaladores/Montadores com experiência mínima de 2 (dois) anos na função de Instalador/Montador.

**b) CARGA HORÁRIA MÍNIMA:** 272 (duzentos e setenta e duas) horas;

**c) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO:**

- Planejamento e Procedimentos Operacionais: Estudo de Procedimentos e Instruções (Planejamento e Análise de Risco, Conversa ao pé do poste, Sinalização e isolamento de área de trabalho, Uso correto de EPI's, Uso do formulário APR (Análise Preliminar de Risco, Uso do Agulhão e Gancho, Trabalho em Altura, Uso do cinturão de segurança tipo pára-quedista; posicionamento e postura correta no alto do poste, Amarração de escadas manuais, Resgate de acidentados no alto do poste; Uso correto da carretilha duplação)

- Relações Comportamentais: Ergonomia, Qualidade de Vida Física e Mental; Qualidade de Vida no Trabalho (QVT, Segurança e Higiene no Trabalho, Programa de Saúde Ocupacional para Segurança no Trabalho, Processo de Gestão Comportamental, Programa 5S, Técnicas de Comunicação Efetiva, Trabalho em Equipe, Alcoolismo e Dependência Química, Ato Inseguro, Condição Insegura, Valores Morais e Ética;

- Noções de Eletrotécnica e Eletricidade: Histórico, Corrente elétrica, Tensão elétrica, Resistência elétrica, Potência elétrica, Energia elétrica, Circuitos elétricos: Série e paralelo, Lei de Ohm e Leituras com alicate volt-amperímetro;

- Construção, Manutenção e Operação de RDA: Supervisão das Tarefas (Trabalhos com escadas manuais, Trabalhos com cordas, Planejamento de tarefas, Resgate de Acidentados, Furação de buraco para engastamento, Escalada em poste com Espora DT, Instalação e Substituição de equipamentos, Aterramento definitivo, Aterramento temporário, Montagem Iluminação pública, e Trabalho na rede de Baixa Tensão Energizada).

#### **4.6. CURSO BÁSICO DE PODA DE ÁRVORES:**

a) PÚBLICO ALVO: Podadores, Instaladores/Montadores, Instaladores/Montadores Podadores e Encarregados de Equipes de Poda com qualificação e experiência comprovada em Redes de distribuição desenergizadas.

b) CARGA HORÁRIA: 24 (vinte e quatro) horas.

c) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Política de Arborização Urbana da CONTRATANTE; Importância das árvores para o ambiente urbano; Normatização das atividades de arborização urbana; Planejamento e implantação de árvores urbanas; Redes de distribuição aéreas e arborização urbana; Técnicas de poda de árvores urbanas;

**NOTA 1:** Conteúdo prático de 24 (vinte e quatro) horas abrange demonstração e execução de poda de árvores em áreas urbanas, compreendendo a utilização de ferramentas e equipamentos, segurança no trabalho e técnicas de procedimentos de poda.

**NOTA 2:** Os Instaladores/Montadores Podadores deverão comprovar conclusão dos Cursos de Formação de Instalador/Montador e Curso Básico de Poda de Árvores, além de serem treinados no Procedimento específico de poda de árvores, elaborado pela CEMIG.

#### **4.7. CURSO BÁSICO PARA INSTALADOR DE CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DE IP:**

a) PÚBLICO ALVO: Instaladores/Montadores de iluminação pública.

b) CARGA HORÁRIA: 272 (duzentos e setenta e duas) horas/aula.

#### **4.8. CURSO BÁSICO PARA OPERADORES DE GUINDASTES HIDRÁULICOS VEÍCULARES E CESTAS AÉREAS:**

a) PÚBLICO ALVO: Motoristas, Instaladores/Montadores e Encarregados de Linhas e Redes de Distribuição que irão exercer a função nas equipes.

b) CARGA HORÁRIA MÍNIMA: 40 (quarenta) horas/aula.

**NOTA 1:** Participantes deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação tipo “C” ou superior.

#### **4.9. CURSO DE OPERADOR DE MOTOSSERRA:**

a) CARGA HORÁRIA: 08 (oito) horas.

**4.10.** A CONTRATADA deverá providenciar ainda curso de DIREÇÃO DEFENSIVA para os condutores, independente do tipo de veículo, em entidades reconhecidas pelo CONTRAN.

**4.11.** A CONTRATADA deverá providenciar o curso de OPERADOR DE MOTOSSERRA, conforme NR 12, e apresentar a CONTRATANTE o certificado e a licença da motosserra obtida junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF.

**NOTA 1:** Os supervisores e Técnicos de Segurança deverão comprovar participação em todos os Cursos



supracitados, como acompanhantes.

**4.12. RECICLAGEM:** sem prejuízo do que determina a NR 10 quanto à reciclagem nos cursos básico e complementar, a CONTRATADA deverá comprovar à CONTRATANTE, bianualmente, ou sempre que houver ausência no trabalho por mais de 3 (três) meses, ou modificações significativas em métodos, processos e organização do trabalho, a reciclagem de seus trabalhadores nos treinamentos relativos às atividades por eles exercidas, descritos neste contrato.

## **5. GESTÃO DA SEGURANÇA NO TRABALHO**

**5.1.** A CONTRATADA deverá fazer gestão de segurança no trabalho, evidenciando objetivamente, para fins de fiscalização, o atendimento a todos os requisitos legais e contratuais exigidos.

**5.2.** A CONTRATADA deverá participar, sempre que for convocada, das reuniões de análise e desempenho da segurança do trabalho.

**5.3.** A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, todos os acidentes com empregados, com ou sem afastamento, com a população, inclusive os com danos materiais, sendo que os acidentes fatais deverão ser comunicados também à autoridade policial.

**5.4.** A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar todos os relatórios de acidentes à CONTRATANTE, no máximo em 30 (trinta) dias da data do acidente.

**NOTA:** Estes relatórios deverão ser compostos de um plano de ação, objetivando o bloqueio das causas identificadas.

**5.5.** A investigação de acidentes graves envolvendo empregados da CONTRATADA, durante a prestação de serviços objeto deste contrato, deverá ser conduzida pelo engenheiro responsável técnico, acompanhado pelo técnico de segurança do trabalho da CONTRATADA, respeitada a participação das CIPA (CONTRATANTE e CONTRATADA), resguardado ainda à CONTRATANTE, a indicação de outros profissionais ao seu critério.

**5.6.** A CONTRATANTE reserva-se o direito de avaliar a consistência do relatório de investigação de acidentes, de forma a garantir a eliminação de ocorrências similares.

**5.7.** Para os casos de acidentes graves e fatais, onde houver ação ou omissão da CONTRATADA, serão abertos processos administrativos podendo ocorrer inclusive rescisão contratual, conforme legislação vigente.

**5.8.** Considera-se pela legislação vigente acidente grave as seguintes ocorrências:

**a)** Acidente com lesão permanente: Este tipo de lesão se caracteriza pela perda da capacidade de trabalho, em caráter permanente, inclusive a morte.

**b)** Acidente com lesão incapacitante parcial: Este tipo de lesão se caracteriza pela perda de qualquer membro, impedindo sua utilização ou de qualquer outra parte do corpo, causando a redução parcial da função orgânica, sem incapacitar o empregado para o trabalho.

**c)** Acidente com lesão temporária: Este tipo de lesão caracteriza-se pela perda da capacidade de trabalho, em caráter temporário.

**5.9.** Quando da ocorrência de acidentes graves com empregados da CONTRATADA, esta deverá prestar todo o atendimento médico e social aos acidentados, conforme definido na instrução de procedimento da CONTRATANTE.

**5.10.** A CONTRATANTE poderá arcar com os custos referentes a acidentes do trabalho com vítima, os quais

serão deduzidos da sua fatura no mês subsequente.

**5.11.** A CONTRATADA deverá manter as instruções, normas e procedimentos atualizados, bem como os empregados devidamente treinados e atualizados.

## **6. PLANO DE SEGURANÇA NO TRABALHO, SAÚDE E BEM ESTAR**

**6.1.** A CONTRATADA entregará à CONTRATANTE, para aprovação, após a assinatura do contrato e anteriormente ao início das atividades, o plano de segurança no trabalho, saúde e bem-estar, devendo este ser atualizado anualmente e ser entregue à CONTRATANTE para fins de fiscalização.

**6.2.** Deverão constar do plano de segurança no trabalho, saúde e bem-estar os seguintes tópicos:

**a)** Plano de emergência, contendo todas as providências necessárias para serem seguidas, em casos de acidentes no trabalho, desde a ocorrência até a finalização do processo, incluindo as responsabilidades de cada profissional e seus telefones de contato para acionamentos e providências;

**b)** Cronograma de reuniões ordinárias da CIPA e previsão da data da realização de SIPAT, conforme previsto na NR 05;

**c)** Procedimentos de comunicação de acidentes do trabalho pela CONTRATADA à CONTRATANTE;

**d)** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR 7;

**e)** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR 9 e instrução da CONTRATANTE;

**f)** Programa de Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção – PCMAT, conforme NR 18;

**g)** Programação de manutenção preventiva em equipamento guindaste e cesta aérea;

**h)** Cronograma do programa de reciclagem profissional de seus empregados nos termos da NR 10 e nos termos do item reciclagem deste contrato;

**i)** Cronograma de realização das ações que deverão ser executadas pelo profissional de Serviço Social, nos termos do contrato.

## **7. REQUISITOS LEGAIS**

**7.1.** Toda tarefa a ser executada pela CONTRATADA deverá ser precedida de análise de risco, por escrito, conforme exigência da NR 10.

**7.2.** A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados equipamentos de proteção individual e coletiva apropriados aos riscos, bem como treiná-los sobre o uso correto, armazenamento e higienização, nos termos da NR 6 e do Código de Trânsito Brasileiro, assim como suas resoluções.

**7.3.** A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados cuja atividade desempenhada seja com exposição ao sol, protetor solar com fator de proteção de no mínimo 30 UVB.

**7.4.** A CONTRATADA deverá fornecer ferramentas de com isolamentos fábrica. Não será permitido o uso de ferramentas isoladas por meio de fitas isolantes, mangueiras ou qualquer outro produto que venha comprometer a segurança do empregado.

**7.5.** As máquinas e equipamentos utilizados pela CONTRATADA deverão estar instalados em terreno regular, respeitando as áreas de circulação e mantendo as partes móveis protegidas com dispositivos de acionamento, de partida e de parada.

**7.6.** Toda motosserra utilizada pela CONTRATADA deverá possuir dispositivos de segurança, conforme exigências da NR 12.

**7.7.** Todas as edificações utilizadas pela CONTRATADA deverão possuir alvará de funcionamento municipal e projeto de incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros, conforme decreto estadual de 44.270 de março de 2006 e estarem em conformidade com a NR 23 – Proteção contra Incêndios.

**7.8.** Todas as edificações utilizadas pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com a NR 08 – Edificações, no que diz respeito ao pé direito, piso, rampas, escadas, ventilação e guarda corpo, bem como a NR 24 – Condições sanitárias de conforto nos locais de trabalhos.

**7.9.** A CONTRATADA deverá estar em conformidade com o previsto na NR 17 – Ergonomia, em relação aos postos de trabalho, iluminação, ventilação, mobiliário, levantamento, transporte e descarga individual de materiais, devendo, quando necessário, apresentar laudos ergonômicos das atividades realizadas no contrato.

**7.10.** Em relação à utilização de uniformes, a CONTRATADA deverá atender as exigências contidas na NR 10 e as seguintes especificações:

**a)** Faixa retro-refletiva e fluorescente, largura mínima de 05 (cinco) cm, na cor laranja, circundando o tronco e as mangas da camisa na mesma altura e nas pernas da calça 25 cm abaixo do joelho, aproximadamente;

**b)** Camisa de manga comprida em atendimento à NR 10;

**c)** Camisa 100% algodão sem estampa de manga comprida (01 (uma) por empregado);

**d)** Calça somente com bolsos traseiros;

**e)** Jaqueta de forma a atender às exigências da NR 10 e especificações da Contratante.

**7.10.1.** Para as atividades sujeitas a arco elétrico utilizar uniforme com tecido resistente à chama com as seguintes características:

**a)** Não provocar a emissão de gases tóxicos;

**b)** Atingir ATPV (valor de desempenho térmico do arco elétrico) mínimo de 8 calorias/cm<sup>2</sup>, conforme norma ASTM F1959

**c)** Cobrir com uma única camada as classes de riscos 1 e 2, conforme norma NFPA 70E;

**d)** Resistência mínima à tração na trama e no urdume de 26 Kgf e 38 Kgf, respectivamente, conforme norma ASTM D5034;

**e)** Não causar irritação na pele do usuário;

**f)** Possuir alta solidez à lavagem por fervura ou a seco.

**g)** Não permitir a propagação da chama depois de cessada a fonte de calor;

**h)** manter a característica ignífuga após ser submetido a, no mínimo, 100 lavagens caseiras ou 70 industriais.

**7.11.** Antes do início das atividades, e, pelo menos uma vez por ano, a CONTRATADA deverá, providenciar manutenção preventiva no equipamento guindaste e de todos os seus caminhões, conforme NR 11 e NR 12, e apresentar laudo técnico, assinado por entidade oficialmente reconhecida, à CONTRATANTE, até 10 dias

após sua execução.

**7.12.** Antes do início das atividades, e, pelo menos 1 (uma) vez por ano, a CONTRATADA deverá, providenciar manutenção preventiva das escadas veiculares e cestas aéreas de todos os seus veículos, conforme NR 11 e NR 12, e apresentar laudo técnico, assinado por entidade oficialmente reconhecida, à CONTRATANTE, até 10 dias após sua execução.

**7.13.** Quando necessário, a CONTRATADA deverá realizar manutenções preventivas ou corretivas em suas carretilhas dupla ação, nos respectivos Fabricantes ou em Empresas credenciadas pelos Fabricantes.

**7.14.** Quando da necessidade de reposição, substituição ou reforma das carretilhas dupla ação, a CONTRATADA deverá exigir somente peças originais da mesma marca da carretilha avariada.

**7.15.** Quando da movimentação e transporte de carga a CONTRATADA deverá obedecer ao disposto na NR 11, principalmente no que diz respeito ao treinamento dos operadores de guindastes, elevadores hidráulicos, e outros, apresentando à CONTRATANTE, os certificados.

**7.16.** A CONTRATADA deverá dimensionar o SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, de acordo com o seu risco mais significativo no CNAE e apresentar os quadros IV, V e VI, conforme previsto na NR 04, devendo ter, no mínimo, um técnico de segurança no trabalho em seu quadro de empregados.

**7.17.** A CONTRATADA ao término do contrato deverá fornecer cópia autenticada do perfil profissiográfico previdenciários – PPP, de todos os seus empregados para a CONTRATANTE.

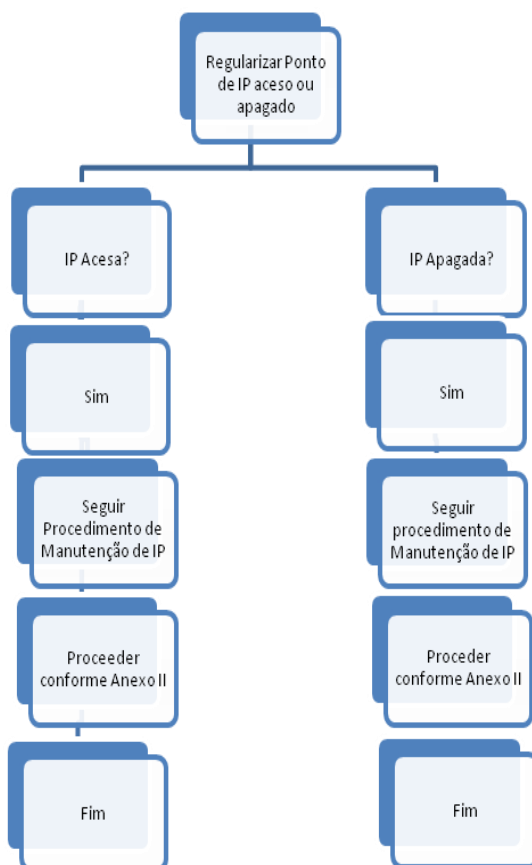
**7.18.** Apresentar à CONTRATANTE, toda documentação legalmente e contratualmente exigida, após assinatura do contrato e anteriormente ao início das atividades.

**7.19.** Todos os prazos deste contrato, contados em dias, dar-se-ão excluindo o dia de começo e incluindo o último dia.

**NOTA:** O cumprimento pela contratada dos requisitos legais exigidos neste contrato, não a exime do integral cumprimento de outras determinações legais a todos impostas, podendo, inclusive, seu fiel cumprimento, a qualquer tempo, ser fiscalizado pela CONTRATANTE.

## ANEXO VII – REGULARIZAÇÃO DE PONTO DE IP ACESO OU APAGADO

Quando o MUNICÍPIO necessitar realizar obras e modificações no sistema de iluminação pública envolvendo o sistema elétrico de distribuição, deverá apresentar à CEMIG, de forma escrita, prévia e expressa, com 30 (trinta) dias de antecedência para que sejam tomadas todas as medidas cabíveis para a execução dos serviços.



**ANEXO VIII – ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**

Até o décimo dia útil do mês subsequente a Prefeitura deverá encaminhar para a Cemig um relatório contendo o descritivo das alterações de potência efetuadas no sistema de iluminação pública quando da realização de manutenções.

| MUNICÍPIO:     |            |             |               |            |             |               |            |
|----------------|------------|-------------|---------------|------------|-------------|---------------|------------|
| ENDEREÇO       |            | RETIRADO    |               |            | INSTALADO   |               |            |
| RU<br>A,<br>Nº | BAIRR<br>O | LÂMPAD<br>A | LUMINÁR<br>IA | REATO<br>R | LÂMPAD<br>A | LUMINÁR<br>IA | REATO<br>R |
|                |            |             |               |            |             |               |            |
|                |            |             |               |            |             |               |            |
|                |            |             |               |            |             |               |            |
|                |            |             |               |            |             |               |            |
|                |            |             |               |            |             |               |            |

Obs.: Ofício deverá ser em papel timbrado da Prefeitura e endereçado a Cemig aos cuidados do Agente de Relacionamento do Poder Público que deverá remeter a área responsável pelas atualizações cadastrais nos sistemas corporativos.

**ANEXO IX – MODELO DE CARTA E/OU EMAIL DA PREFEITURA PARA A CEMIG**

Caso o MUNICÍPIO se interesse em implantar os novos pontos, deverá enviar comunicação expressa à CEMIG D e providenciar a instalação desses pontos.

Ilmo. Sr. \_\_\_\_\_  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_-MG

Nossa Referência: OF.-...../2018      Data: ..../...../201X  
Sua Referência: -  
Assunto: Iluminação Pública

Senhor .....

Comunicamos que a Prefeitura Municipal de ..... encaminha projeto para instalação de / ou melhoria da (conforme solicitação) iluminação pública na(o)..(endereço completo)....., no Município .....

Considerando tratar-se de responsabilidade exclusiva do Município e conforme estabelece a Resolução nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o custo do serviço é integralmente de responsabilidade da prefeitura municipal. Assim, solicitamos análise do projeto anexo para, então, darmos prosseguimento ao atendimento pretendido.

À disposição de V. Exa., agradecemos e informamos que contatos sobre este projeto poderão obtidos em nossa Secretaria Municipal ....., através do Secretário ....., telefone ....., celular ....., email [.....@.....mg.gov.br](mailto:.....@.....mg.gov.br)

Atenciosamente,

.....  
Prefeito Municipal

**ANEXO X  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Em atendimento ao Edital do Processo Licitatório nº 20/2024 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 09/2024, declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, disponibilizará em seu quadro funcional ou demonstrará seu vínculo em conformidade com a legislação vigente, um Engenheiro Elétrico, com registro no CREA, de forma que este será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora.

Para fins de atendimento desta declaração, a empresa deverá, como condição para assinatura de contrato e para o respectivo início da prestação dos serviços, apresentar o Responsável Técnico e seu registro profissional no CREA, sob pena de inadimplemento contratual e aplicação de demais sanções dispostas em Edital e na legislação vigente.

\_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, qualificação (Representante Legal)



**ANEXO XI  
 DEMONSTRATIVO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS**

**DEMONSTRATIVO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS  
 PARTICIPANTES DO CERTAME  
 MUNICIPIO DE CARVALHÓPOLIS**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 08.081.180/0001-18 | Insc. Estadual 062.322138.0097  
 Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
 Lei nº 19.438, de 28 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: carvalhópolis   |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2024/08                                |                             | DIC Mensal (h): 00:07 |                  |                     |                  |
|--|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003300736   |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.08.2024 a 31.08.2024 |                             |                       |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005430660  |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             | h/dia: 11:26          |                  |                     |                  |
| <b>Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados</b> |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>  |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança   | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| EST  | LED             | 40                               | 0,00                            | 1,20  | 41,20                       | 1                     | 1                | 0,04                | 14,55            |
| EST  | LED             | 50                               | 0,00                            | 1,20  | 51,20                       | 51                    | 46               | 2,61                | 922,90           |
| EST  | LED             | 56                               | 0,00                            | 1,20  | 57,20                       | 437                   | 393              | 24,94               | 8.836,90         |
| EST  | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20  | 81,20                       | 32                    | 29               | 2,59                | 919,18           |
| EST  | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 1                     | 1                | 0,10                | 35,81            |
| EST  | LED             | 116                              | 0,00                            | 1,20  | 117,20                      | 1                     | 1                | 0,12                | 41,48            |
| EST  | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 3                     | 3                | 0,42                | 148,61           |
| EST  | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 1                     | 1                | 0,09                | 30,14            |
| EST  | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 4                     | 4                | 0,47                | 167,33           |
| <b>Total</b>   |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>531</b>            | <b>479</b>       | <b>31,38</b>        | <b>11.116,90</b> |

12

| Consumo (kWh)                   |        |
|---------------------------------|--------|
| Consumo estimado sem telemetria | 11.117 |
| Consumo estimado telemetria     | 0      |
| Consumo consolidado telemetria  | 0      |
| Consumo faturado total          | 11.117 |

**MUNICÍPIO DE ALTEROSA**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / Insc. Estadual 062.322136-0/087  
 Av. Barãoessa, 1.200 - 17ª andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
 Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Alterosa  |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2024/03                                |                             | DIC Mensal (h): 00:52 |                  |                     |                  |
|--|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003300256   |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01/03/2024 a 31/03/2024 |                             |                       |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005432995  |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             | h/dia: 11,26          |                  |                     |                  |
| <b>Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados</b> |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>  |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança   | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| EST  | LED             | 50                               | 0,00                            | 1,20  | 51,20                       | 868                   | 781              | 44,34               | 15.690,80        |
| EST  | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 774                   | 697              | 78,24               | 27.687,30        |
| EST  | LED             | 150                              | 0,00                            | 1,20  | 151,20                      | 188                   | 169              | 28,40               | 10.051,69        |
| EST  | LED             | 200                              | 0,00                            | 1,20  | 201,20                      | 33                    | 30               | 6,64                | 2.348,32         |
| <b>Total</b>   |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>1.863</b>          | <b>1.677</b>     | <b>157,62</b>       | <b>55.778,11</b> |

| Consumo (kWh)                   |        |
|---------------------------------|--------|
| Consumo estimado sem telemetria | 55.778 |
| Consumo estimado telemetria     | 0      |
| Consumo consolidado telemetria  | 0      |
| Consumo faturado total          | 55.778 |



MUNICIPIO DE FAMA



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / Insc. Estadual 062.322136.0087  
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30160-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

| Município: Fama                   |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2023/05                                |                             | DIC Mensal (h): 01:59 |                  |                     |                  |
|-----------------------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003300352            |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.05.2023 a 31.05.2023 |                             |                       |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005436448         |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             | h/dia: 11:26          |                  |                     |                  |
| Detalhamento dos Dados            |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Lâmpadas, Reatores e Relés        |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança                  | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| IP                                | LED             | 30                               | 0,00                            | 1,20  | 31,20                       | 5                     | 5                | 0,16                | 54,91            |
| IP                                | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 168                   | 151              | 23,49               | 8.300,47         |
| IP                                | VME             | 250                              | 25,00                           | 1,20  | 276,20                      | 9                     | 8                | 2,48                | 877,95           |
| IP                                | VME             | 400                              | 36,00                           | 1,20  | 437,20                      | 5                     | 5                | 2,19                | 772,19           |
| IP                                | MET             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 2                     | 2                | 0,17                | 60,13            |
| IP                                | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 273                   | 246              | 23,23               | 8.206,97         |
| IP                                | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 199                   | 179              | 23,50               | 8.302,76         |
| IP                                | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20  | 173,20                      | 5                     | 5                | 0,87                | 305,78           |
| IP                                | VSO             | 250                              | 30,00                           | 1,20  | 281,20                      | 92                    | 83               | 25,86               | 9.137,15         |
| IP24H                             | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 1                     | 1                | 0,14                | 54,35            |
| <b>Total</b>                      |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>759</b>            | <b>685</b>       | <b>102,09</b>       | <b>36.072,66</b> |
| Consumo Faturado Total            |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Lâmpadas + Reatores + Relés (kWh) |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
|                                   |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>36.072</b>         |                  |                     |                  |

MUNICIPIO DE PARAGUAÇU



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 052.322136.0987  
Av. Barbacena, 1.200 – 17º andar – Ala A1 – CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG

Acesse o Cemig Atende

[www.cemigatende.com.br](http://www.cemigatende.com.br)

Fale com a Cemig 116 | Cemig Torpedo 29810

Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

|                           |   |                       |
|---------------------------|---|-----------------------|
| Município: Paraguaçu      | Mês/Ano: 2023/05                                | DIC Mensal (h): 00:45 |
| Instalação: 3003300192    | Período de Faturamento: 01.05.2023 a 31.05.2023 |                       |
| Nº do Cliente: 7005746230 | Dias de Faturamento: 31                         | h/dia: 11:26          |

| Detalhamento dos Dados     |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |                   |
|----------------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| Lâmpadas, Reatores e Relés |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |                   |
| Tipo de Cobrança           | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W) | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)     |
| IP                         | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20                          | 81,20                       | 20                  | 18               | 1,62                | 573,97            |
| IP                         | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20                          | 101,20                      | 242                 | 218              | 24,46               | 8.658,22          |
| IP                         | LED             | 150                              | 0,00                            | 1,20                          | 151,20                      | 627                 | 564              | 94,73               | 33.529,15         |
| IP                         | LED             | 200                              | 0,00                            | 1,20                          | 201,20                      | 8                   | 7                | 1,61                | 569,39            |
| IP                         | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20                          | 90,80                       | 9                   | 8                | 0,82                | 288,87            |
| IP                         | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20                          | 139,95                      | 59                  | 53               | 8,25                | 2.920,12          |
| IP                         | VME             | 400                              | 36,00                           | 1,20                          | 437,20                      | 2                   | 2                | 0,87                | 309,41            |
| IP                         | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20                          | 85,20                       | 366                 | 329              | 31,14               | 11.021,90         |
| IP                         | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20                          | 118,20                      | 1.791               | 1.612            | 211,48              | 74.854,86         |
| IP                         | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20                          | 173,20                      | 255                 | 230              | 44,14               | 15.621,95         |
| IP                         | VSO             | 250                              | 30,00                           | 1,20                          | 281,20                      | 16                  | 14               | 4,50                | 1.591,83          |
| IP                         | VSO             | 400                              | 38,00                           | 1,20                          | 439,20                      | 14                  | 13               | 6,15                | 2.175,80          |
| IP24H                      | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20                          | 85,20                       | 2                   | 2                | 0,17                | 66,24             |
| IP24H                      | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20                          | 118,20                      | 11                  | 10               | 1,30                | 505,65            |
| IP24H                      | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20                          | 173,20                      | 1                   | 1                | 0,17                | 67,38             |
| <b>Total</b>               |                 |                                  |                                 |                               |                             | <b>3.423</b>        | <b>3.081</b>     | <b>431,41</b>       | <b>152.754,74</b> |

|  |
|--|
| <b>Consumo Faturado Total</b>            |
| <b>Lâmpadas + Reatores + Relés (kWh)</b> |
| <b>152.755</b>                           |

MUNICIPIO DE POÇO FUNDO

## COMUNICADO INTERNO

Senhores,

Em atendimento à solicitação de quantidade de existência de lâmpadas para abastecimento da iluminação pública municipal, no atual momento, há um número irrelevante de lâmpadas em led, sendo somente 53 lâmpadas.

Contudo, no atual momento, estamos recebendo as lâmpadas em led para substituição integral das lâmpadas em todo o perímetro urbano.

O contrato atual prevê a troca de 1803 lâmpadas, que serão iniciadas na próxima semana, sendo:

- 911 lâmpadas de led de 50W
- 654 lâmpadas de led de 80w
- 238 lâmpadas de led de 180w.

**CEMIG**

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Ins. Estadual 062.322/136.0087  
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Poco Fundo  |                 | Mês/Ano: 2024/03                                |                                 | DIC Mensal (h): 00:09         |                             |                     |                  |                     |                  |
|--|-----------------|---|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003300709   |                 | Período de Faturamento: 01.03.2024 a 31.03.2024 |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005430110  |                 | Dias de Faturamento: 31                         |                                 | h/dia: 11:26                  |                             |                     |                  |                     |                  |
| <b>Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados</b> |                 |   |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |                  |
| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>  |                 |   |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança   | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W)                | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W) | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| EST  | LED             | 100   | 0,00                            | 1,20                          | 101,20                      | 53                  | 48               | 5,36                | 1.897,83         |
| EST  | VME             | 80  | 9,60                            | 1,20                          | 90,80                       | 64                  | 58               | 5,80                | 2.055,93         |
| EST  | VME             | 125   | 13,75                           | 1,20                          | 139,95                      | 537                 | 483              | 75,09               | 26.600,55        |
| EST  | VME             | 250   | 25,00                           | 1,20                          | 276,20                      | 28                  | 25               | 7,73                | 2.738,48         |
| EST  | VSO             | 70  | 14,00                           | 1,20                          | 85,20                       | 254                 | 229              | 21,61               | 7.655,56         |
| EST  | VSO             | 100   | 17,00                           | 1,20                          | 118,20                      | 616                 | 554              | 72,74               | 25.767,55        |
| EST  | VSO             | 150   | 22,00                           | 1,20                          | 173,20                      | 191                 | 172              | 33,06               | 11.711,06        |
| EST  | VSO             | 400   | 38,00                           | 1,20                          | 439,20                      | 5                   | 5                | 2,20                | 777,73           |
| <b>Total</b>   |                 |   |                                 |                               |                             | <b>1.748</b>        | <b>1.574</b>     | <b>223,59</b>       | <b>79.204,69</b> |

| Consumo (kWh)                   |        |
|---------------------------------|--------|
| Consumo estimado sem telemetria | 79.205 |
| Consumo estimado telemetria     | 0      |
| Consumo consolidado telemetria  | 0      |
| Consumo faturado total          | 79.205 |

**MUNICIPIO DE MACHADO**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.961.190/0001-18 / Ins. Estadual 062.322139.0007  
Av. Barbacena, 1.200 - 17ª andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Machado  |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2023/11                                |                             | DIC Mensal (h): 00:43 |                  |                     |                   |
|---|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| Instalação: 3003300659  |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.11.2023 a 30.11.2023 |                             |                       |                  |                     |                   |
| Nº do Cliente: 7000009765   |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 30                         |                             | h/dia: 11:26          |                  |                     |                   |
| Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                   |
| Lâmpadas, Reatores e Relés  |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                   |
| Tipo de Cobrança  | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Polência Unitária do Reator (W) | Pblência Unitária do Relé (W)                   | Polência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Polência Total (kW) | Consumo (kWh)     |
| EST   | LED             | 40                               | 0,00                            | 1,20  | 41,20                       | 2                     | 2                | 0,08                | 28,14             |
| EST   | LED             | 50                               | 0,00                            | 1,20  | 51,20                       | 964                   | 868              | 49,24               | 16.867,05         |
| EST   | LED             | 52                               | 0,00                            | 1,20  | 53,20                       | 279                   | 251              | 14,81               | 5.072,78          |
| EST   | LED             | 58                               | 0,00                            | 1,20  | 59,20                       | 711                   | 640              | 42,01               | 14.388,70         |
| EST   | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 5                     | 5                | 0,31                | 104,61            |
| EST   | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20  | 81,20                       | 26                    | 23               | 2,11                | 722,10            |
| EST   | LED             | 90                               | 0,00                            | 1,20  | 91,20                       | 1                     | 1                | 0,09                | 31,20             |
| EST   | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 405                   | 365              | 40,94               | 14.022,70         |
| EST   | LED             | 110                              | 0,00                            | 1,20  | 111,20                      | 2                     | 2                | 0,22                | 76,10             |
| EST   | LED             | 112                              | 0,00                            | 1,20  | 113,20                      | 1                     | 1                | 0,11                | 38,73             |
| EST   | LED             | 113                              | 0,00                            | 1,20  | 114,20                      | 1                     | 1                | 0,11                | 39,08             |
| EST   | LED             | 118                              | 0,00                            | 1,20  | 119,20                      | 1                     | 1                | 0,12                | 40,79             |
| EST   | LED             | 140                              | 0,00                            | 1,20  | 141,20                      | 1.073                 | 966              | 151,38              | 51.853,31         |
| EST   | LED             | 150                              | 0,00                            | 1,20  | 151,20                      | 272                   | 245              | 41,09               | 14.076,26         |
| EST   | LED             | 170                              | 0,00                            | 1,20  | 171,20                      | 1                     | 1                | 0,17                | 58,60             |
| EST   | LED             | 230                              | 0,00                            | 1,20  | 231,20                      | 111                   | 100              | 25,65               | 8.786,11          |
| EST   | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20  | 90,80                       | 8                     | 7                | 0,73                | 248,49            |
| EST   | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 255                   | 230              | 35,66               | 12.213,83         |
| EST   | VME             | 250                              | 25,00                           | 1,20  | 276,20                      | 18                    | 16               | 4,97                | 1.702,23          |
| EST   | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 82                    | 74               | 6,98                | 2.389,75          |
| EST   | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 354                   | 319              | 41,80               | 14.318,28         |
| EST   | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20  | 173,20                      | 59                    | 53               | 10,21               | 3.497,92          |
| EST   | VSO             | 250                              | 30,00                           | 1,20  | 281,20                      | 69                    | 62               | 19,39               | 6.643,40          |
| EST   | VSO             | 400                              | 38,00                           | 1,20  | 439,20                      | 15                    | 14               | 6,59                | 2.256,04          |
| <b>Total</b>  |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>4.715</b>          | <b>4.247</b>     | <b>494,77</b>       | <b>169.476,20</b> |

| Consumo (kWh)                   |         |
|---------------------------------|---------|
| Consumo estimado sem telemetria | 169.476 |
| Consumo estimado telemetria     | 0       |
| Consumo consolidado telemetria  | 0       |
| Consumo faturado total          | 169.476 |

**MUNICIPIO DE SERRANIA**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-45 / Insc. Estadual 062.322136 D067  
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Serrania                      |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2023/10                                |                             |                     | DIC Mensal (h): 00:14 |                     |                  |
|--|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003300226                   |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.10.2023 a 31.10.2023 |                             |                     |                       |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005802047                |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             |                     | h/dia: 11:26          |                     |                  |
| Detalhamento dos Dados                   |                 |                                  |                                 |   |                             |                     |                       |                     |                  |
| Lâmpadas, Reatores e Relés               |                 |                                  |                                 |   |                             |                     |                       |                     |                  |
| Tipo de Cobrança                         | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas | Quantidade relés      | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| IP                                       | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 1                   | 1                     | 0,06                | 21,64            |
| IP                                       | LED             | 70                               | 0,00                            | 1,20  | 71,20                       | 134                 | 121                   | 9,52                | 3.373,75         |
| IP                                       | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20  | 81,20                       | 324                 | 292                   | 26,27               | 9.305,07         |
| IP                                       | LED             | 96                               | 0,00                            | 1,20  | 97,20                       | 179                 | 161                   | 17,38               | 6.155,22         |
| IP                                       | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 355                 | 320                   | 35,88               | 12.710,26        |
| IP                                       | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 36                  | 32                    | 5,03                | 1.783,05         |
| IP                                       | VME             | 250                              | 25,00                           | 1,20  | 276,20                      | 2                   | 2                     | 0,55                | 195,58           |
| IP                                       | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 48                  | 43                    | 4,08                | 1.446,54         |
| IP                                       | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 30                  | 27                    | 3,54                | 1.254,75         |
| IP                                       | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20  | 173,20                      | 18                  | 16                    | 3,12                | 1.103,52         |
| <b>Total</b>                             |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>1.127</b>        | <b>1.015</b>          | <b>106,43</b>       | <b>37.349,38</b> |
| <b>Consumo Faturado Total</b>            |                 |                                  |                                 |   |                             |                     |                       |                     |                  |
| <b>Lâmpadas + Reatores + Relés (kWh)</b> |                 |                                  |                                 |   |                             |                     |                       |                     |                  |
| <b>37.349</b>                            |                 |                                  |                                 |   |                             |                     |                       |                     |                  |



MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS



Cemig Distribuição S.A. CNPJ de 04.188/2001-18 / Inc. Estadual 02.32118-087  
 Av. Barbacena 1.200 - 12º andar - Ala A1 - CEP: 30190-151 - Belo Horizonte - MG

Acesse o Cemig Atende  
[www.cemigatende.com.br](http://www.cemigatende.com.br)

Fale com a Cemig 116 | Cemig Torpedo 29810  
 Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
 Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

|                           |   |                       |
|---------------------------|---|-----------------------|
| Município: Silvianópolis  | Mês/Ano: 2022/07                                | DIC Mensal (h): 00:12 |
| Instalação: 3003299769    | Período de Faturamento: 01.07.2022 a 31.07.2022 |                       |
| Nº do Cliente: 7005746520 | Dias de Faturamento: 31                         | h/dia: 11:26          |

**Detalhamento dos Dados**

**Lâmpadas, Reatores e Relés**

| Tipo de Cobrança | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W) | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
|------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
| IP               | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20                          | 61,20                       | 1                   | 1                | 0,06                | 21,64            |
| IP               | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20                          | 101,20                      | 1                   | 1                | 0,10                | 35,81            |
| IP               | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20                          | 90,80                       | 62                  | 56               | 5,62                | 1.991,54         |
| IP               | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20                          | 139,95                      | 233                 | 210              | 32,58               | 11.540,95        |
| IP               | VME             | 250                              | 25,00                           | 1,20                          | 276,20                      | 2                   | 2                | 0,55                | 195,59           |
| IP               | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20                          | 85,20                       | 294                 | 265              | 25,01               | 8.860,54         |
| IP               | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20                          | 118,20                      | 213                 | 192              | 25,15               | 8.909,25         |
| IP               | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20                          | 173,20                      | 1                   | 1                | 0,17                | 61,31            |
| <b>Total</b>     |                 |                                  |                                 |                               |                             | <b>807</b>          | <b>728</b>       | <b>89,24</b>        | <b>31.616,63</b> |

7

|  |
|--|
| <b>Consumo Faturado Total</b>            |
| <b>Lâmpadas + Reatores + Relés (kWh)</b> |
| <b>31.617</b>                            |

**MUNICIPIO DE MONSENHOR PAULO**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.991.190/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0007  
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Monsenhor Paulo   |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2024/03                                |                             | DIC Mensal (h): 00:59 |                  |                     |                  |
|--|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003298894   |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.03.2024 a 31.03.2024 |                             |                       |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005660266  |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             | h/dia: 11:26          |                  |                     |                  |
| <b>Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados</b> |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>  |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança   | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| EST  | LED             | 40                               | 0,00                            | 1,20  | 41,20                       | 3                     | 3                | 0,12                | 43,61            |
| EST  | LED             | 42                               | 0,00                            | 1,20  | 43,20                       | 1                     | 1                | 0,04                | 15,24            |
| EST  | LED             | 44                               | 0,00                            | 1,20  | 45,20                       | 1                     | 1                | 0,05                | 15,95            |
| EST  | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 719                   | 647              | 43,92               | 15.539,42        |
| EST  | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20  | 81,20                       | 156                   | 140              | 12,65               | 4.475,54         |
| EST  | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 10                    | 9                | 1,01                | 357,66           |
| EST  | LED             | 114                              | 0,00                            | 1,20  | 115,20                      | 9                     | 8                | 1,04                | 366,48           |
| EST  | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20  | 90,80                       | 1                     | 1                | 0,09                | 32,09            |
| EST  | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 3                     | 3                | 0,42                | 148,43           |
| EST  | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 1                     | 1                | 0,09                | 30,11            |
| EST  | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 56                    | 50               | 6,61                | 2.339,76         |
| EST  | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20  | 173,20                      | 1                     | 1                | 0,17                | 61,24            |
| 24H  | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 2                     | 2                | 0,12                | 47,54            |
| <b>Total</b>   |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>963</b>            | <b>867</b>       | <b>66,33</b>        | <b>23.473,07</b> |

| Consumo (kWh)                   |        |
|---------------------------------|--------|
| Consumo estimado sem telemetria | 23.473 |
| Consumo estimado telemetria     | 0      |
| Consumo consolidado telemetria  | 0      |
| Consumo faturado total          | 23.473 |

**MUNICIPIO DE MONSENHOR PAULO**



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 08.991.180/0001-18 / Insc. Estadual 062.322138.0087  
Av. Barbacena, 1.200 - 17ª andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

| Município: Monsenhor Paulo   |                 |                                  |                                 | Mês/Ano: 2024/03                                |                             | DIC Mensal (h): 00:59 |                  |                     |                  |
|--|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Instalação: 3003298894   |                 |                                  |                                 | Período de Faturamento: 01.03.2024 a 31.03.2024 |                             |                       |                  |                     |                  |
| Nº do Cliente: 7005660266  |                 |                                  |                                 | Dias de Faturamento: 31                         |                             | h/dia: 11,26          |                  |                     |                  |
| <b>Iluminação Pública Sem Medição - Detalhamento dos Dados Estimados</b> |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| <b>Lâmpadas, Reatores e Relés</b>  |                 |                                  |                                 |   |                             |                       |                  |                     |                  |
| Tipo de Cobrança   | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W)                   | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas   | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh)    |
| EST  | LED             | 40                               | 0,00                            | 1,20  | 41,20                       | 3                     | 3                | 0,12                | 43,61            |
| EST  | LED             | 42                               | 0,00                            | 1,20  | 43,20                       | 1                     | 1                | 0,04                | 15,24            |
| EST  | LED             | 44                               | 0,00                            | 1,20  | 45,20                       | 1                     | 1                | 0,05                | 15,95            |
| EST  | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 719                   | 647              | 43,92               | 15.539,42        |
| EST  | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20  | 81,20                       | 156                   | 140              | 12,65               | 4.475,54         |
| EST  | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20  | 101,20                      | 10                    | 9                | 1,01                | 357,66           |
| EST  | LED             | 114                              | 0,00                            | 1,20  | 115,20                      | 9                     | 8                | 1,04                | 366,48           |
| EST  | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20  | 90,80                       | 1                     | 1                | 0,09                | 32,09            |
| EST  | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20  | 139,95                      | 3                     | 3                | 0,42                | 148,43           |
| EST  | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20  | 85,20                       | 1                     | 1                | 0,09                | 30,11            |
| EST  | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20  | 118,20                      | 56                    | 50               | 6,61                | 2.339,76         |
| EST  | VSO             | 150                              | 22,00                           | 1,20  | 173,20                      | 1                     | 1                | 0,17                | 61,24            |
| 24H  | LED             | 60                               | 0,00                            | 1,20  | 61,20                       | 2                     | 2                | 0,12                | 47,54            |
| <b>Total</b>   |                 |                                  |                                 |   |                             | <b>963</b>            | <b>867</b>       | <b>66,33</b>        | <b>23.473,07</b> |

| Consumo (kWh)                   |        |
|---------------------------------|--------|
| Consumo estimado sem telemetria | 23.473 |
| Consumo estimado telemetria     | 0      |
| Consumo consolidado telemetria  | 0      |
| Consumo faturado total          | 23.473 |

**MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA MATA**

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322196-0/087  
Av. Barbacena, 1.200 - 17ª andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela  
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

**DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Município: São João da Mata  
Instalação: 3003300842  
Nº do Cliente: 7005745475

Mês/Ano: 2023/09  
Período de Faturamento: 01/09/2023 a 30/09/2023  
Dias de Faturamento: 30  
Fórmula: 1126

**Detalhamento dos Dados**

| Lâmpadas, Reatores e Relés        |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |               |
|-----------------------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|---------------|
| Tipo de Cobrança                  | Tipo de Lâmpada | Potência Unitária da Lâmpada (W) | Potência Unitária do Reator (W) | Potência Unitária do Relé (W) | Potência Unitária Total (W) | Quantidade Lâmpadas | Quantidade relés | Potência Total (kW) | Consumo (kWh) |
| IP                                | LED             | 80                               | 0,00                            | 1,20                          | 81,20                       | 7                   | 6                | 0,57                | 194,61        |
| IP                                | LED             | 100                              | 0,00                            | 1,20                          | 101,20                      | 13                  | 12               | 1,31                | 450,58        |
| IP                                | VME             | 80                               | 9,60                            | 1,20                          | 90,80                       | 53                  | 48               | 4,81                | 1.647,97      |
| IP                                | VME             | 125                              | 13,75                           | 1,20                          | 139,95                      | 166                 | 149              | 23,21               | 7.959,20      |
| IP                                | VME             | 250                              | 25,00                           | 1,20                          | 276,20                      | 11                  | 10               | 3,04                | 1.041,33      |
| IP                                | VME             | 400                              | 36,00                           | 1,20                          | 437,20                      | 39                  | 35               | 17,05               | 5.845,03      |
| IP                                | VSO             | 70                               | 14,00                           | 1,20                          | 85,20                       | 15                  | 14               | 1,28                | 437,60        |
| IP                                | VSO             | 100                              | 17,00                           | 1,20                          | 118,20                      | 117                 | 105              | 13,62               | 4.737,22      |
| IP                                | VSO             | 350                              | 36,00                           | 1,20                          | 387,20                      | 3                   | 3                | 1,16                | 388,18        |
| IP                                | VSO             | 400                              | 38,00                           | 1,20                          | 439,20                      | 5                   | 5                | 2,20                | 752,79        |
| <b>Total</b>                      |                 |                                  |                                 |                               |                             | 429                 | 387              | 88,45               | 23.464,51     |
| <b>Consumo Faturado Total</b>     |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |               |
| Lâmpadas + Reatores + Relés (kWh) |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |               |
| 23.465                            |                 |                                  |                                 |                               |                             |                     |                  |                     |               |

**OBSERVAÇÃO:**

**ALÉM DOS EQUIPAMENTOS RELACIONADOS ACIMA, FAZEM PARTE DO INVENTÁRIO E DAS INSTALAÇÕES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARTICIPANTES: DEMAIS LÂMPADAS, LUMINÁRIAS, BRAÇOS E SUPORTES PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PROJETOES, CONECTORES, CONDUTORES, REATORES, RELÉS FOTOELÉTRICOS E TOMADAS PARA RELÉS FOTOELÉTRICOS E, QUANDO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À ILUMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, DEMAIS POSTES, CAIXAS DE COMANDO, INTERRUPTORES, ELETRODUTOS, CONTADORES E DEMAIS MATERIAIS NÃO CITADOS MAS QUE INTEGREM AS INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Maria Teodora Matias de Andrade  
Diretora Executiva  
Cidersu